TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO I – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Após receber uma reclamação proposta contra o presidente de determinado tribunal de justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fixou prazo para que o tribunal cumprisse a determinação de reservar um percentual dos cargos comissionados para pessoas com deficiência. Inconformada, a associação dos servidores do tribunal ingressou com ação civil, pelo rito ordinário, no STF, alegando incompetência do CNJ para expedir tal determinação.

Considerando essa situação hipotética, discorra, com fundamento no texto constitucional e no entendimento do STF, sobre os seguintes aspectos:

- 1 o papel institucional do CNJ, descrevendo a sua composição;
- 2 a competência do CNJ para fixar prazo para o presidente do tribunal adotar providências;
- 3 a competência do STF para conhecimento originário da ação mencionada.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

8 Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar n.º 35/1979). Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. Lei Estadual n.º 5.008/1981 (Código de Organização Judiciária do Estado do Pará). Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (aprovado pela Resolução n.º 13/2016). 18 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 22 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional n.º 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Papel institucional e composição do CNJ

O CNJ foi uma novidade introduzida pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, no âmbito da chamada Reforma do Judiciário. Na forma do inciso I-A do art. 92 da Constituição Federal de 1988 (CF), o CNJ é um órgão do Poder Judiciário, composto por 15 membros com mandato de 2 anos, sendo o presidente do STF o seu membro nato. A composição do CNJ está discriminada no art. 103-B da CF, *in verbis*:

Art. 103-B [...]

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

- VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Não é necessário que o candidato tenha memorizado cada um dos membros listados, sendo suficiente que ele demonstre o conhecimento da lógica da composição, em linhas gerais, podendo, se for caso, apresentar exemplos. É suficiente que o candidato saiba que o CNJ é composto pelo presidente do STF, por ministros indicados pelo STJ e pelo TST, bom como por representantes da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e por cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelo Poder Legislativo federal.

Em linhas gerais, compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (cf. §4.º do art. 103-B da CF).

2 Competência do CNJ para fixar prazo

Entre as suas competências constitucionais, previstas no § 4.º do art. 103-B da CF, cabe ao CNJ:

- II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;
- III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Pela leitura do art. 37 da CF, verifica-se que

- VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Na forma do inciso II do § 4.º do art. 103-B da CF, compete ao CNJ zelar pelo cumprimento do art. 37 da CF, no que se inclui a observância da reserva de cargos para as pessoas com deficiência.

Sem se adentrar no mérito da discussão de fundo, o CNJ possui, de fato, competência para receber reclamações contra qualquer membro do Poder Judiciário, podendo apreciar, de ofício ou por provocação, a legalidade dos atos administrativos de quaisquer dos seus membros e, se for o caso, fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Cumprido destacar que a competência do CNJ se limita aos atos administrativos dos membros do Poder Judiciário. Assim, no caso concreto, o CNJ, de fato, possui competência para fixar prazo ao presidente do tribunal de justiça para a adoção de **atos administrativos**. Contudo, não teria competência para rever atos do presidente do tribunal que tenham sido adotados no exercício da atividade jurisdicional.

3 Competência do STF para conhecimento originário da ação descrita

O art. 102 da CF assim prevê:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

Assim, a leitura isolada do dispositivo acima transcrito poderia levar à conclusão de que qualquer ação proposta em desfavor do CNJ deveria ser julgada originariamente pelo STF.

Contudo, a suprema corte tem adotado interpretação restritiva desse dispositivo.

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PROPOSTA CONTRA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ART. 102, I, R, DA CONSTITUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Não se enquadra na competência originária do Supremo Tribunal Federal, de que trata o art. 102, I, r, da CF, ação de rito comum ordinário, promovida por detentores de delegação provisória de serviços notariais, visando à anulação de atos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ sobre o regime dos serviços das serventias (relação de vacâncias, apresentação de balancetes de emolumentos e submissão a teto remuneratório). 2. Agravos regimentais improvidos. (STF, ACO 1680 AgR, min. Teori Zavascki, Pleno, j. 24/9/2014)

A leitura do seguinte trecho do inteiro teor do acórdão permite verificar a tese adotada pelo STF para a hipótese em tela.

2. Portanto, segundo a orientação adotada pelo Plenário, as “ações” a que se refere o art. 102, I, “r” da Constituição Federal são apenas as ações constitucionais de mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus. As demais ações em que se questionam atos do Conselho Nacional de Justiça — CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP submetem-se, conseqüentemente, ao regime de competência estabelecido pelas normas comuns de direito processual.

(grifos nossos)

O entendimento apresentado foi confirmado em múltiplos precedentes: AO 1706 AgR/DF, Pleno, Rel. min. Celso de Mello, j. 18/12/2013, DJe de 18/2/2014; ACO 1.704/DF, Rel. min. Ayres Britto; e AO 1.718/DF, Rel. min. Rosa Weber.

E a lógica adotada pelo STF é que, nesse caso, o polo passivo da ação seria a União, não o CNJ. O CNJ somente figura propriamente nas lides na qualidade de autoridade coatora, como ocorre nos *writs* constitucionais, tais como o mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

Verifique-se sobre o tema o entendimento assentado pelo STF na AO 1706 AgR.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuidando-se de impugnação a deliberações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, tem sido reconhecida apenas na hipótese de impetração, contra referido órgão do Poder Judiciário (CNJ), de mandado de segurança, de “*habeas data*”, de “*habeas corpus*” (quando for o caso) ou de mandado de injunção, pois, em tal situação, o CNJ qualificar-se-á como órgão coator impregnado de legitimação passiva “*ad causam*” para figurar na relação processual instaurada com a impetração originária, perante a Suprema Corte, daqueles “*writs*” constitucionais. Em referido contexto, o Conselho Nacional de Justiça, por ser órgão não personificado, define-se como simples “parte formal” (Pontes de Miranda, “Comentários ao Código de Processo Civil”, tomo I/222-223, item n. 5, 4.^a ed., 1995, Forense; José dos Santos Carvalho Filho, “Manual de Direito Administrativo”, p. 15/17, item n. 5, 25.^a ed., 2012, Atlas, v.g.), revestido de mera “personalidade judiciária” (Victor Nunes Leal, “Problemas de Direito Público”, p. 424/439, 1960, Forense), achando-se investido, por efeito de tal condição, da capacidade de ser parte

(Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “Código de Processo Civil”, p. 101, 5.^a ed., 2013, RT; Humberto Theodoro Júnior, “Curso de Direito Processual Civil”, vol. I/101, item n. 70, 54.^a ed., 2013, Forense; Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, “Código de Processo Civil Comentado”, p. 233, item n. 5, 13.^a ed., 2013, RT, v.g.), circunstância essa que plenamente legitima a sua participação em mencionadas causas mandamentais. Precedentes. Tratando-se, porém, de demanda diversa (uma ação ordinária, p. ex.), não se configura a competência originária da Suprema Corte, considerado o entendimento prevalecente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, manifestado, inclusive, em julgamentos colegiados, eis que, nas hipóteses não compreendidas no art. 102, I, alíneas “d” e “q”, da Constituição, a legitimação passiva “*ad causam*” referir-se-á, exclusivamente, à União Federal, pelo fato de as deliberações do Conselho Nacional de Justiça serem juridicamente imputáveis à própria União.

Como, na situação proposta, a associação dos servidores em questão ingressou com uma ação civil pelo rito ordinário, logo não há de se falar em competência originária do STF.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O CNJ pode fixar prazo para que membros do Poder Judiciário adotem alguma providência?
- 2) O CNJ tem competência para controlar qualquer ato emitido por um membro do Poder Judiciário?
- 3) O STF faz algum tipo de corte ou distinção das ações a serem ou não julgadas originariamente por ele em relação ao CNJ? Qual é o entendimento majoritário do STF sobre o tema? Quais são os seus fundamentos?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO I – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

No curso de execução, foi pedida pelo credor exequente a responsabilização patrimonial de pessoa jurídica da qual o executado era sócio, sob a alegação de que o devedor havia transferido seu patrimônio para a sociedade com o objetivo de ocultar seus bens do alcance de seus credores.

Com relação a essa situação hipotética, responda, de forma justificada e de acordo com o entendimento do STJ, se é juridicamente possível a pretensão do credor.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Conceito e Elementos Caracterizadores. Constituição. Extinção. Capacidade e direitos da personalidade. Domicílio. Sociedades de fato. Associações. Sociedades. Fundações. Grupos despersonalizados. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 10. Obrigações. Características. Elementos Princípios. Boa-fé. Obrigação complexa (a obrigação como um processo). Obrigações de dar. Obrigações de fazer e de não fazer. Obrigações alternativas e facultativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. Obrigações líquidas e ilíquidas. Obrigações principais e acessórias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.

PADRÃO DE RESPOSTA

A medida pleiteada é possível. A personalidade jurídica e a separação patrimonial dela decorrente são véus que devem proteger o patrimônio dos sócios ou da sociedade, reciprocamente, na justa medida da finalidade para a qual a sociedade se propõe a existir. No entanto, no caso, o exequente pretende a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa, a fim de possibilitar a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios, quando demonstrada a utilização abusiva da personalidade jurídica.

(...) 1. A jurisprudência do STJ admite a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa, a fim de possibilitar a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios, quando demonstrada a utilização abusiva da personalidade jurídica. (...) (AgRg no AREsp 792.920/MT, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4/2/2016, DJe 11/2/2016.)

(...) 4. Com a desconsideração inversa da personalidade jurídica, busca-se impedir a prática de transferência de bens pelo sócio para a pessoa jurídica sobre a qual detém controle, afastando-se momentaneamente o manto fictício que separa o sócio da sociedade para buscar o patrimônio que, embora conste no nome da sociedade, na realidade, pertence ao sócio fraudador. (...) (REsp 1647362/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/8/2017, DJe 10/8/2017.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Os bens dos sócios se confundem com a personalidade jurídica da sociedade? Por quê?
- 2) É possível a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO I – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 3

Considerando as medidas cautelares diversas da prisão, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Indique as medidas cautelares diversas da prisão previstas no Código de Processo Penal e discorra sobre suas características.
- 2 Aborde os requisitos para a decretação dessas medidas e responda se autoridade policial tem competência para aplicá-las.
- 3 Discorra sobre o entendimento dos tribunais superiores acerca da aplicação dessas medidas em substituição às prisões cautelares.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

12 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Lei n.º 7.960/1989 e suas alterações (prisão temporária).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 As medidas cautelares diversas da prisão estão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. São elas:

- I – comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar suas atividades;
- II – proibição de frequência ou acesso a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- III – proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado dela permanecer distante;
- IV – proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- V – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalhos fixos;
- VI – suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para prática de infrações penais;
- VII – internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;
- VIII – fiança nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;
- IX – monitoração eletrônica.

São características das medidas provisórias de natureza penal a provisoriedade, a revogabilidade, a substitutividade e a excepcionalidade, que poderão dar-se de forma isolada ou cumulativa.

2 Os requisitos para decretação de medidas cautelares diversas da prisão estão previstos nos incisos I e II do art. 282 do Código de Processo Penal, que assim dispõem: “I – necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações

penais; II – adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.”.

As medidas cautelares diversas da prisão serão decretadas pela autoridade judiciária, nos termos do § 2.º do art. 319 do Código de Processo Penal. Essas medidas poderão ser decretadas a requerimento das partes ou, quando do curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

3 De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão segue os princípios da adequação e necessidade, cabíveis sempre que se mostrarem suficientes para a aplicação da lei penal e para a investigação ou instrução criminal, uma vez que as medidas restritivas de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória são medidas de exceção e devem ser decretadas apenas em última ratio, sendo ilegal a sua determinação quando suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas. Os tribunais superiores têm assentado entendimento de que essas medidas devem guardar contemporaneidade com os fatos investigados.

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEMPRE QUE POSSÍVEL DEVE PREVALECER A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O agravante apenas reitera os argumentos anteriormente expostos na inicial do habeas corpus, sem, contudo, aduzir novos elementos capazes de afastar as razões expendidas na decisão agravada. II – A análise pelo magistrado quanto ao cabimento das medidas cautelares diversas da prisão consubstancia-se em verdadeira garantia processual conferida ao investigado/réu, de modo que, sempre que possível, sua aplicação deve prevalecer, adotando-se uma, ou quantas forem necessárias, das restrições elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal. III – “Efetivamente a cautelar deve ser contemporânea aos riscos que pretende evitar, mas na espécie, tem-se decisão que em verdade converte prisão preventiva em cautelares menos gravosas. Assim, exame de contemporaneidade haveria tão somente ante os riscos indicados e a primeira cautelar fixada (já não mais vigente), e não dos riscos à conversão posterior da prisão em cautelares outras”. IV – A utilização das medidas alternativas descritas no art. 319 do CPP é adequada e suficiente para, a um só tempo, garantir-se que o paciente não voltará a delinquir e preservar-se a presunção de inocência descrita no art. 5º, LVII, da Constituição Federal. V – Agravo regimental a que se nega provimento. (HC 158262 AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 26/10/2018, Processo Eletrônico DJe-235, divulgado em 5/11/2018, publicado em 6/11/2018)

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONCUSSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULUM LIBERTATIS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA FORMADA POR POLICIAIS CIVIS. PERICULOSIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. 2. Hipótese em que a decisão de primeiro grau não apresentou argumentos suficientes à manutenção da prisão cautelar, o que caracteriza nítido constrangimento ilegal. A imposição de prisão, sem indicação de reiteração e com possibilidade concreta de se prolongar por anos (48 os denunciados), é desproporcional, podendo a segregação ser substituída por cautelares outras nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal. 3. A prisão cautelar deve ser imposta somente como ultima ratio, sendo ilegal a sua determinação quando suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas. No caso, a decisão impugnada não afastou, fundamentadamente, com relação ao paciente, a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. 4. A falta de contemporaneidade, considerando a data dos crimes imputados ao paciente e a data em que

foi determinada a sua prisão, nos termos da jurisprudência desta Casa e do próprio Supremo Tribunal Federal, desautoriza a restrição mais drástica. Precedentes. 5. Ordem concedida a fim de substituir a prisão preventiva imposta ao paciente, decretada nos autos do Processo n. 00216668920188190206, impondo-lhe as medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, em seu art. 319, consistentes em: a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo Juízo de primeiro grau, para informar e justificar atividades; b) proibição de ausentar-se da comarca sem autorização judicial; c) proibição de manter qualquer tipo de contato com os corrêus e com as testemunhas; d) suspensão do exercício de função pública; e e) monitoração eletrônica, sem prejuízo da aplicação de outras cautelas pela instância a quo, ou de decretação da prisão preventiva, em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou caso haja motivos concretos e supervenientes para tanto. (HC 480.274/RJ, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 7/5/2019, DJe 14/5/2019)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Segundo o Código de Processo Penal, quem tem competência para aplicar medidas cautelares diversas da prisão?
- 2) Nos termos da jurisprudência do STF e do STJ, existe algum outro requisito para a decretação das medidas cautelares, além daqueles previstos em lei? **(caso o candidato responda que sim, faça a seguinte pergunta)**
Qual?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO II – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Após receber uma reclamação proposta contra o presidente de determinado tribunal de justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fixou prazo para que o tribunal cumprisse a determinação de reservar um percentual dos cargos comissionados para pessoas com deficiência. Inconformada, a associação dos servidores do tribunal ingressou com ação civil, pelo rito ordinário, no STF, alegando incompetência do CNJ para expedir tal determinação.

Considerando essa situação hipotética, discorra, com fundamento no texto constitucional e no entendimento do STF, sobre os seguintes aspectos:

- 1 o papel institucional do CNJ, descrevendo a sua composição;
- 2 a competência do CNJ para fixar prazo para o presidente do tribunal adotar providências;
- 3 a competência do STF para conhecimento originário da ação mencionada.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

8 Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar n.º 35/1979). Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. Lei Estadual n.º 5.008/1981 (Código de Organização Judiciária do Estado do Pará). Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (aprovado pela Resolução n.º 13/2016). 18 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 22 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional n.º 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Papel institucional e composição do CNJ

O CNJ foi uma novidade introduzida pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, no âmbito da chamada Reforma do Judiciário. Na forma do inciso I-A do art. 92 da Constituição Federal de 1988 (CF), o CNJ é um órgão do Poder Judiciário, composto por 15 membros com mandato de 2 anos, sendo o presidente do STF o seu membro nato. A composição do CNJ está discriminada no art. 103-B da CF, *in verbis*:

Art. 103-B [...]

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

- VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Não é necessário que o candidato tenha memorizado cada um dos membros listados, sendo suficiente que ele demonstre o conhecimento da lógica da composição, em linhas gerais, podendo, se for caso, apresentar exemplos. É suficiente que o candidato saiba que o CNJ é composto pelo presidente do STF, por ministros indicados pelo STJ e pelo TST, bom como por representantes da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e por cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelo Poder Legislativo federal.

Em linhas gerais, compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (cf. §4.º do art. 103-B da CF).

2 Competência do CNJ para fixar prazo

Entre as suas competências constitucionais, previstas no § 4.º do art. 103-B da CF, cabe ao CNJ:

- II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;
- III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Pela leitura do art. 37 da CF, verifica-se que

- VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Na forma do inciso II do § 4.º do art. 103-B da CF, compete ao CNJ zelar pelo cumprimento do art. 37 da CF, no que se inclui a observância da reserva de cargos para as pessoas com deficiência.

Sem se adentrar no mérito da discussão de fundo, o CNJ possui, de fato, competência para receber reclamações contra qualquer membro do Poder Judiciário, podendo apreciar, de ofício ou por provocação, a legalidade dos atos administrativos de quaisquer dos seus membros e, se for o caso, fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Cumprir destacar que a competência do CNJ se limita aos atos administrativos dos membros do Poder Judiciário. Assim, no caso concreto, o CNJ, de fato, possui competência para fixar prazo ao presidente do tribunal de justiça para a adoção de **atos administrativos**. Contudo, não teria competência para rever atos do presidente do tribunal que tenham sido adotados no exercício da atividade jurisdicional.

3 Competência do STF para conhecimento originário da ação descrita

O art. 102 da CF assim prevê:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

Assim, a leitura isolada do dispositivo acima transcrito poderia levar à conclusão de que qualquer ação proposta em desfavor do CNJ deveria ser julgada originariamente pelo STF.

Contudo, a suprema corte tem adotado interpretação restritiva desse dispositivo.

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PROPOSTA CONTRA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ART. 102, I, R, DA CONSTITUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Não se enquadra na competência originária do Supremo Tribunal Federal, de que trata o art. 102, I, r, da CF, ação de rito comum ordinário, promovida por detentores de delegação provisória de serviços notariais, visando à anulação de atos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ sobre o regime dos serviços das serventias (relação de vacâncias, apresentação de balancetes de emolumentos e submissão a teto remuneratório). 2. Agravos regimentais improvidos. (STF, ACO 1680 AgR, min. Teori Zavascki, Pleno, j. 24/9/2014)

A leitura do seguinte trecho do inteiro teor do acórdão permite verificar a tese adotada pelo STF para a hipótese em tela.

2. Portanto, segundo a orientação adotada pelo Plenário, as “ações” a que se refere o art. 102, I, “r” da Constituição Federal são apenas as ações constitucionais de mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus. As demais ações em que se questionam atos do Conselho Nacional de Justiça — CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP submetem-se, conseqüentemente, ao regime de competência estabelecido pelas normas comuns de direito processual.

(grifos nossos)

O entendimento apresentado foi confirmado em múltiplos precedentes: AO 1706 AgR/DF, Pleno, Rel. min. Celso de Mello, j. 18/12/2013, DJe de 18/2/2014; ACO 1.704/DF, Rel. min. Ayres Britto; e AO 1.718/DF, Rel. min. Rosa Weber.

E a lógica adotada pelo STF é que, nesse caso, o polo passivo da ação seria a União, não o CNJ. O CNJ somente figura propriamente nas lides na qualidade de autoridade coatora, como ocorre nos *writs* constitucionais, tais como o mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

Verifique-se sobre o tema o entendimento assentado pelo STF na AO 1706 AgR.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuidando-se de impugnação a deliberações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, tem sido reconhecida apenas na hipótese de impetração, contra referido órgão do Poder Judiciário (CNJ), de mandado de segurança, de “*habeas data*”, de “*habeas corpus*” (quando for o caso) ou de mandado de injunção, pois, em tal situação, o CNJ qualificar-se-á como órgão coator impregnado de legitimação passiva “*ad causam*” para figurar na relação processual instaurada com a impetração originária, perante a Suprema Corte, daqueles “*writs*” constitucionais. Em referido contexto, o Conselho Nacional de Justiça, por ser órgão não personificado, define-se como simples “parte formal” (Pontes de Miranda, “Comentários ao Código de Processo Civil”, tomo I/222-223, item n. 5, 4.^a ed., 1995, Forense; José dos Santos Carvalho Filho, “Manual de Direito Administrativo”, p. 15/17, item n. 5, 25.^a ed., 2012, Atlas, v.g.), revestido de mera “personalidade judiciária” (Victor Nunes Leal, “Problemas de Direito Público”, p. 424/439, 1960, Forense), achando-se investido, por efeito de tal condição, da capacidade de ser parte

(Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “Código de Processo Civil”, p. 101, 5.^a ed., 2013, RT; Humberto Theodoro Júnior, “Curso de Direito Processual Civil”, vol. I/101, item n. 70, 54.^a ed., 2013, Forense; Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, “Código de Processo Civil Comentado”, p. 233, item n. 5, 13.^a ed., 2013, RT, v.g.), circunstância essa que plenamente legitima a sua participação em mencionadas causas mandamentais. Precedentes. Tratando-se, porém, de demanda diversa (uma ação ordinária, p. ex.), não se configura a competência originária da Suprema Corte, considerado o entendimento prevalecente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, manifestado, inclusive, em julgamentos colegiados, eis que, nas hipóteses não compreendidas no art. 102, I, alíneas “d” e “q”, da Constituição, a legitimação passiva “*ad causam*” referir-se-á, exclusivamente, à União Federal, pelo fato de as deliberações do Conselho Nacional de Justiça serem juridicamente imputáveis à própria União.

Como, na situação proposta, a associação dos servidores em questão ingressou com uma ação civil pelo rito ordinário, logo não há de se falar em competência originária do STF.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O CNJ pode fixar prazo para que membros do Poder Judiciário adotem alguma providência?
- 2) O CNJ tem competência para controlar qualquer ato emitido por um membro do Poder Judiciário?
- 3) O STF faz algum tipo de corte ou distinção das ações a serem ou não julgadas originariamente por ele em relação ao CNJ? Qual é o entendimento majoritário do STF sobre o tema? Quais são os seus fundamentos?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO II – DIREITO PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Pedro, com 19 anos de idade, e Maria, com 17 anos de idade, praticaram, por diversas vezes e nas mesmas condições de tempo e lugar, conjunção carnal e atos libidinosos na presença de Lara, irmã de Maria e menor de 14 anos de idade. Em depoimento prestado perante a autoridade judiciária, Maria confirmou ter praticado os atos a pedido de Pedro, por ele afirmar que romperia o namoro caso ela não induzisse a irmã a assistir às práticas sexuais do casal.

A partir dos fatos narrados nessa situação hipotética, responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos.

- 1 Quais condutas típicas foram praticadas por Pedro e Maria?
- 2 Podem ser agravadas ou reduzidas as penas de Pedro em relação às suas condutas no caso em apreço?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Concurso de crimes. 17 Imputabilidade penal. 18 Concurso de Pessoas. 19 Penas. Espécies de penas. Cominação das penas. Aplicação da pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Execução das penas em espécie e incidentes de execução. Limites das penas. 28 Crimes contra a dignidade sexual. 45 Crimes da Lei n.º 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Pedro praticou o crime previsto no art. 218-A do Código Penal, descrito como “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, cuja pena será aumentada de quarta parte, em razão do concurso de pessoas, conforme inciso I do art. 226 do Código Penal. Praticou também o crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei n.º 8.069/1990).

Maria praticou ato infracional análogo ao crime de “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, previsto no art. 218-A do Código Penal.

2 Sim, há circunstância atenuante e causa especial de aumento de pena, que serão aplicadas na dosimetria das penas impostas a Pedro.

Pedro terá a pena diminuída nos dois crimes, em razão da circunstância atenuante prevista no inciso I do art. 65 do Código Penal. Trata-se de circunstâncias que sempre atenuam a pena quando o agente é menor de 21 anos de idade na data do fato.

Ainda, consoante o inciso I do art. 226 do Código Penal, haverá causa especial de aumento de pena em relação ao crime disposto no art. 218-A do Código Penal, haja vista o crime ter sido praticado em concurso de pessoas.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Quais condutas de Pedro são consideradas crimes?
- 2) Em quais dispositivos legais estão capituladas as condutas praticadas por Pedro e Maria?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO II – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Mandado de segurança foi impetrado contra ato atribuído a procurador da República que havia requisitado à autoridade competente a realização de levantamento da evolução patrimonial do impetrante sem autorização judicial, mas a liminar foi indeferida. Após prestadas as informações, a segurança foi concedida para determinar que a autoridade impetrada se abstinhasse de praticar ou de determinar que se praticasse qualquer ato que implicasse a quebra de sigilo fiscal do impetrante sem autorização judicial. Intimado, o Estado recorreu, pedindo a nulidade do processo por ausência de intimação dos atos anteriores à concessão da segurança.

Com base na jurisprudência do STJ, responda, de forma justificada, se deve ser decretada a nulidade pretendida nessa situação hipotética.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

13 Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Atos processuais eletrônicos. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Vícios dos atos processuais. Nulidades. Ação declaratória de inexistência de ato processual. Distribuição e registro. Valor da causa.

PADRÃO DE RESPOSTA

O Código de Processo Civil dispõe que não se pronuncia nulidade alguma se não houver prejuízo à parte. É o princípio *pas de nullité sans grief*. Se, apesar de imperfeito, o ato atingiu seu fim, sem acarretar prejuízo, não se cuida de nulidade quanto à indispensabilidade de intimação da fazenda pública. A jurisprudência do STJ afirma a necessidade de parcimônia e cautela na declaração de nulidade de atos processuais, devendo o julgador estar sempre atento à efetividade e à razoabilidade. Afinal, é consabido que a declaração de nulidade de atos processuais deve ocorrer com temperamento, sempre à luz do caso concreto, pois o regime de nulidades no processo civil vincula-se à efetiva ocorrência de prejuízo à parte interessada em obediência ao postulado *pas de nullité sans grief*. Na situação hipotética, não se verifica a ocorrência de prejuízo, pois a União foi intimada após a prolação da decisão, podendo exercer seu direito recursal.

O Código de Processo Civil dispõe que não se pronuncia nulidade alguma se não resultar em prejuízo à parte. É o princípio *pas de nullité sans grief*. Se, apesar de imperfeito, o ato atingiu seu fim, sem acarretar prejuízo, não se cuida de nulidade (REsp 1.766.097/ES, Rel. min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/10/2018, DJe 16/11/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. NULIDADE RELATIVA NÃO ALEGADA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE DE FALAR NOS AUTOS. PRECLUSÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Conforme orientação pacífica desta Corte Superior, o vício relativo à ausência de intimação constitui nulidade relativa, a qual deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte se manifestar nos autos (nos termos do art. 245 do CPC/1973, atual art. 278 do CPC/2015), sob pena de preclusão. 2. In casu, em que pese a ausência de intimação, é

inegável que a União tomou conhecimento do acórdão proferido pelo STJ no momento em que foi intimada da decisão da Suprema Corte que julgou prejudicado o seu Agravo em Recurso Extraordinário justamente em razão do fato de o pedido ter sido acolhido pelo STJ e essa decisão ter substituído aquela formalizada pelo Tribunal Regional Federal da 5.^a Região.

3. Agravo regimental da União desprovido. (AgRg no REsp 468.292/PB, Rel. min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 6/11/2018.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

1) Houve prejuízo na situação em questão? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO III – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Após receber uma reclamação proposta contra o presidente de determinado tribunal de justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fixou prazo para que o tribunal cumprisse a determinação de reservar um percentual dos cargos comissionados para pessoas com deficiência. Inconformada, a associação dos servidores do tribunal ingressou com ação civil, pelo rito ordinário, no STF, alegando incompetência do CNJ para expedir tal determinação.

Considerando essa situação hipotética, discorra, com fundamento no texto constitucional e no entendimento do STF, sobre os seguintes aspectos:

- 1 o papel institucional do CNJ, descrevendo a sua composição;
- 2 a competência do CNJ para fixar prazo para o presidente do tribunal adotar providências;
- 3 a competência do STF para conhecimento originário da ação mencionada.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

8 Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar n.º 35/1979). Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. Lei Estadual n.º 5.008/1981 (Código de Organização Judiciária do Estado do Pará). Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (aprovado pela Resolução n.º 13/2016). 18 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 22 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional n.º 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Papel institucional e composição do CNJ

O CNJ foi uma novidade introduzida pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, no âmbito da chamada Reforma do Judiciário. Na forma do inciso I-A do art. 92 da Constituição Federal de 1988 (CF), o CNJ é um órgão do Poder Judiciário, composto por 15 membros com mandato de 2 anos, sendo o presidente do STF o seu membro nato. A composição do CNJ está discriminada no art. 103-B da CF, *in verbis*:

Art. 103-B [...]

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

- VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Não é necessário que o candidato tenha memorizado cada um dos membros listados, sendo suficiente que ele demonstre o conhecimento da lógica da composição, em linhas gerais, podendo, se for caso, apresentar exemplos. É suficiente que o candidato saiba que o CNJ é composto pelo presidente do STF, por ministros indicados pelo STJ e pelo TST, bom como por representantes da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e por cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelo Poder Legislativo federal.

Em linhas gerais, compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (cf. §4.º do art. 103-B da CF).

2 Competência do CNJ para fixar prazo

Entre as suas competências constitucionais, previstas no § 4.º do art. 103-B da CF, cabe ao CNJ:

- II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;
- III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Pela leitura do art. 37 da CF, verifica-se que

- VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Na forma do inciso II do § 4.º do art. 103-B da CF, compete ao CNJ zelar pelo cumprimento do art. 37 da CF, no que se inclui a observância da reserva de cargos para as pessoas com deficiência.

Sem se adentrar no mérito da discussão de fundo, o CNJ possui, de fato, competência para receber reclamações contra qualquer membro do Poder Judiciário, podendo apreciar, de ofício ou por provocação, a legalidade dos atos administrativos de quaisquer dos seus membros e, se for o caso, fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Cumprido destacar que a competência do CNJ se limita aos atos administrativos dos membros do Poder Judiciário. Assim, no caso concreto, o CNJ, de fato, possui competência para fixar prazo ao presidente do tribunal de justiça para a adoção de **atos administrativos**. Contudo, não teria competência para rever atos do presidente do tribunal que tenham sido adotados no exercício da atividade jurisdicional.

3 Competência do STF para conhecimento originário da ação descrita

O art. 102 da CF assim prevê:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

Assim, a leitura isolada do dispositivo acima transcrito poderia levar à conclusão de que qualquer ação proposta em desfavor do CNJ deveria ser julgada originariamente pelo STF.

Contudo, a suprema corte tem adotado interpretação restritiva desse dispositivo.

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PROPOSTA CONTRA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ART. 102, I, R, DA CONSTITUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Não se enquadra na competência originária do Supremo Tribunal Federal, de que trata o art. 102, I, r, da CF, ação de rito comum ordinário, promovida por detentores de delegação provisória de serviços notariais, visando à anulação de atos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ sobre o regime dos serviços das serventias (relação de vacâncias, apresentação de balancetes de emolumentos e submissão a teto remuneratório). 2. Agravos regimentais improvidos. (STF, ACO 1680 AgR, min. Teori Zavascki, Pleno, j. 24/9/2014)

A leitura do seguinte trecho do inteiro teor do acórdão permite verificar a tese adotada pelo STF para a hipótese em tela.

2. Portanto, segundo a orientação adotada pelo Plenário, as “ações” a que se refere o art. 102, I, “r” da Constituição Federal são apenas as ações constitucionais de mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus. As demais ações em que se questionam atos do Conselho Nacional de Justiça — CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP submetem-se, conseqüentemente, ao regime de competência estabelecido pelas normas comuns de direito processual.

(grifos nossos)

O entendimento apresentado foi confirmado em múltiplos precedentes: AO 1706 AgR/DF, Pleno, Rel. min. Celso de Mello, j. 18/12/2013, DJe de 18/2/2014; ACO 1.704/DF, Rel. min. Ayres Britto; e AO 1.718/DF, Rel. min. Rosa Weber.

E a lógica adotada pelo STF é que, nesse caso, o polo passivo da ação seria a União, não o CNJ. O CNJ somente figura propriamente nas lides na qualidade de autoridade coatora, como ocorre nos *writs* constitucionais, tais como o mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

Verifique-se sobre o tema o entendimento assentado pelo STF na AO 1706 AgR.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuidando-se de impugnação a deliberações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, tem sido reconhecida apenas na hipótese de impetração, contra referido órgão do Poder Judiciário (CNJ), de mandado de segurança, de “*habeas data*”, de “*habeas corpus*” (quando for o caso) ou de mandado de injunção, pois, em tal situação, o CNJ qualificar-se-á como órgão coator impregnado de legitimação passiva “*ad causam*” para figurar na relação processual instaurada com a impetração originária, perante a Suprema Corte, daqueles “*writs*” constitucionais. Em referido contexto, o Conselho Nacional de Justiça, por ser órgão não personificado, define-se como simples “parte formal” (Pontes de Miranda, “Comentários ao Código de Processo Civil”, tomo I/222-223, item n. 5, 4.^a ed., 1995, Forense; José dos Santos Carvalho Filho, “Manual de Direito Administrativo”, p. 15/17, item n. 5, 25.^a ed., 2012, Atlas, v.g.), revestido de mera “personalidade judiciária” (Victor Nunes Leal, “Problemas de Direito Público”, p. 424/439, 1960, Forense), achando-se investido, por efeito de tal condição, da capacidade de ser parte

(Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “Código de Processo Civil”, p. 101, 5.^a ed., 2013, RT; Humberto Theodoro Júnior, “Curso de Direito Processual Civil”, vol. I/101, item n. 70, 54.^a ed., 2013, Forense; Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, “Código de Processo Civil Comentado”, p. 233, item n. 5, 13.^a ed., 2013, RT, v.g.), circunstância essa que plenamente legitima a sua participação em mencionadas causas mandamentais. Precedentes. Tratando-se, porém, de demanda diversa (uma ação ordinária, p. ex.), não se configura a competência originária da Suprema Corte, considerado o entendimento prevalecente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, manifestado, inclusive, em julgamentos colegiados, eis que, nas hipóteses não compreendidas no art. 102, I, alíneas “d” e “q”, da Constituição, a legitimação passiva “*ad causam*” referir-se-á, exclusivamente, à União Federal, pelo fato de as deliberações do Conselho Nacional de Justiça serem juridicamente imputáveis à própria União.

Como, na situação proposta, a associação dos servidores em questão ingressou com uma ação civil pelo rito ordinário, logo não há de se falar em competência originária do STF.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O CNJ pode fixar prazo para que membros do Poder Judiciário adotem alguma providência?
- 2) O CNJ tem competência para controlar qualquer ato emitido por um membro do Poder Judiciário?
- 3) O STF faz algum tipo de corte ou distinção das ações a serem ou não julgadas originariamente por ele em relação ao CNJ? Qual é o entendimento majoritário do STF sobre o tema? Quais são os seus fundamentos?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO III – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Motorista que dirigia em rodovia foi autuado com multa administrativa pela autoridade policial competente, por cometer infração de trânsito consistente em trafegar com excesso no peso bruto total (PBT) do veículo, causando danos ao patrimônio público. Após esse fato, o Ministério Público ajuizou ação civil com pedido de tutela inibitória para aplicação de multa pecuniária caso o réu fosse recalcitrante em observar as exigências legais veiculadas em ação civil pública, na qual se buscava a cessação de flagrante e contumaz recalcitrância do réu. O juiz decidiu pela aplicação da multa pecuniária pretendida.

Com base no entendimento do STJ, esclareça, de forma justificada, se haverá *bis in idem* na aplicação da multa pecuniária e da multa administrativa na situação hipotética apresentada, considerando que a conduta de trafegar em rodovia com excesso no PBT do veículo consiste em infração disposta em lei.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

5 Poder de polícia. Noções gerais. Síntese evolutiva. Fundamentos e finalidades. Polícia administrativa. Regime jurídico geral. Campo de atuação. Meios de atuação. Limites. Possibilidade de delegação. Características (discricionariedade/vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). Requisitos de validade. Proporcionalidade. Sanções. Prescrição.

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com entendimento do STJ, não haverá *bis in idem*, posto que a existência de penalidade ou de outra medida administrativa como resposta a determinada conduta ilegal não exclui a possibilidade nem a necessidade de providência judicial de índole inibitória com o intuito de proteger os mesmos direitos e deveres garantidos, em tese, pelo poder de polícia da administração. São independentes entre si a multa civil, frequentemente utilizada como reforço de autoridade na prestação jurisdicional, e a multa administrativa. Além disso, a multa administrativa, como pena, destina-se a castigar fatos ilícitos pretéritos, enquanto a multa civil imposta pelo magistrado projeta-se, em um de seus matizes, para o futuro, de modo a assegurar a coercitividade e o cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, dar e pagar, legal ou judicialmente estabelecidas. Como se sabe, a legislação brasileira consagra o princípio da independência entre as instâncias civil, penal e administrativa.

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS DECORRENTES DE TRANSPORTE DE CARGAS COM EXCESSO DE PESO EM RODOVIAS FEDERAIS. RESPONSABILIDADE CONFIGURADA. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS. DEVER DE REPARAR OS DANOS. FIXAÇÃO DE *ASTREINTES* EM CASO DE REINCIDÊNCIA NA PRÁTICA. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

(...) VIII – No mérito, importa salientar que as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro têm natureza administrativa. O que é diferente de afirmar que os direitos nele previstos condicionam e limitam a sua implementação exclusivamente ao agir do administrador, pois, como se sabe, a nossa legislação consagra o princípio da independência entre as instâncias civil, penal e administrativa. (...) X – A existência de penalidade ou outra

medida administrativa *in abstracto* (para o futuro) ou *in concreto* (já infligida), como resposta a determinada conduta ilegal, não exclui a possibilidade e a necessidade de providência judicial, nela contida a de índole cautelar ou inibitória, com o intuito de proteger os mesmos direitos e deveres garantidos, em tese, pelo poder de polícia da Administração, seja com cumprimento forçado de obrigação de fazer ou de não fazer, seja com determinação de restaurar e indenizar eventuais danos materiais e morais causados ao indivíduo, à coletividade, às gerações futuras e a bens estatais. No Brasil, a regra geral é que o comportamento anterior — real ou hipotético — do administrador não condiciona, nem escraviza, o desempenho da jurisdição, já que a intervenção do juiz legitima-se tanto para impugnar, censurar e invalidar decisão administrativa proferida, como para impor *ex novo* aquela que deveria ter ocorrido, no caso de omissão, e, noutra perspectiva, para substituir a incompleta ou a deficiente, de maneira a inteirá-la ou aperfeiçoá-la. XI – Independentes entre si, multa civil (= *astreinte*), frequentemente utilizada como reforço de autoridade da e na prestação jurisdicional, não se confunde com multa administrativa. Tampouco caracteriza sanção judicial “adicional” ou “sobreposta” à aplicável pelo Estado-Administrador com base no seu poder de polícia. Além disso, a multa administrativa, como pena, destina-se a castigar fatos ilícitos pretéritos, enquanto a multa civil imposta pelo magistrado projeta-se, em um de seus matizes, para o futuro, de modo a assegurar a coercitividade e o cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, dar e pagar, legal ou judicialmente estabelecidas. XII – A sanção administrativa não esgota, nem poderia esgotar, o rol de respostas persuasivas, dissuasórias e punitivas do ordenamento no seu esforço — típico desafio de sobrevivência — de prevenir, reparar e reprimir infrações. Assim, a admissibilidade de cumulação de multa administrativa e de multa civil integra o próprio tecido jurídico do Estado Social de Direito brasileiro, inseparável de um dos seus atributos básicos, o imperativo categórico e absoluto de eficácia de direitos e deveres. (...) XVII – Consequência direta do tráfego de veículos com excesso de peso, o dano material ao patrimônio público, associado à redução da longevidade do piso asfáltico rodoviário, independe, pela sua notoriedade, de provas outras, à luz do que dispõe o art. 334, inciso I, do CPC. (...) XXXI – Assim, deve ser dado provimento ao agravo interno para conhecer do agravo em recurso especial e dar provimento ao recurso especial deferindo o pleito de tutela inibitória (infrações futuras), conforme os termos e patamares requeridos pelo Ministério Público Federal na petição inicial. Devolva-se o feito ao juízo *a quo* a fim de que proceda à fixação dos valores dos danos materiais e morais coletivos e difusos. XXXII – Agravo interno provido. (AgInt no AREsp 1137714/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 11/6/2019, DJe 14/6/2019.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) **(caso o candidato responda corretamente, mas não justifique sua resposta)** Por que não haveria *bis in idem*?
- 2) A existência de penalidade administrativa exclui posterior aplicação de multa inibitória?
- 3) Há diferença entre as multas administrativa e pecuniária? Qual?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO III – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

No curso de execução, foi pedida pelo credor exequente a responsabilização patrimonial de pessoa jurídica da qual o executado era sócio, sob a alegação de que o devedor havia transferido seu patrimônio para a sociedade com o objetivo de ocultar seus bens do alcance de seus credores.

Com relação a essa situação hipotética, responda, de forma justificada e de acordo com o entendimento do STJ, se é juridicamente possível a pretensão do credor.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Conceito e Elementos Caracterizadores. Constituição. Extinção. Capacidade e direitos da personalidade. Domicílio. Sociedades de fato. Associações. Sociedades. Fundações. Grupos despersonalizados. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 10. Obrigações. Características. Elementos Princípios. Boa-fé. Obrigação complexa (a obrigação como um processo). Obrigações de dar. Obrigações de fazer e de não fazer. Obrigações alternativas e facultativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. Obrigações líquidas e ilíquidas. Obrigações principais e acessórias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.

PADRÃO DE RESPOSTA

A medida pleiteada é possível. A personalidade jurídica e a separação patrimonial dela decorrente são véus que devem proteger o patrimônio dos sócios ou da sociedade, reciprocamente, na justa medida da finalidade para a qual a sociedade se propõe a existir. No entanto, no caso, o exequente pretende a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa, a fim de possibilitar a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios, quando demonstrada a utilização abusiva da personalidade jurídica.

(...) 1. A jurisprudência do STJ admite a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa, a fim de possibilitar a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios, quando demonstrada a utilização abusiva da personalidade jurídica. (...) (AgRg no AREsp 792.920/MT, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4/2/2016, DJe 11/2/2016.)

(...) 4. Com a desconsideração inversa da personalidade jurídica, busca-se impedir a prática de transferência de bens pelo sócio para a pessoa jurídica sobre a qual detém controle, afastando-se momentaneamente o manto fictício que separa o sócio da sociedade para buscar o patrimônio que, embora conste no nome da sociedade, na realidade, pertence ao sócio fraudador. (...) (REsp 1647362/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/8/2017, DJe 10/8/2017.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Os bens dos sócios se confundem com a personalidade jurídica da sociedade? Por quê?
- 2) É possível a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias dos sócios?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Após receber uma reclamação proposta contra o presidente de determinado tribunal de justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fixou prazo para que o tribunal cumprisse a determinação de reservar um percentual dos cargos comissionados para pessoas com deficiência. Inconformada, a associação dos servidores do tribunal ingressou com ação civil, pelo rito ordinário, no STF, alegando incompetência do CNJ para expedir tal determinação.

Considerando essa situação hipotética, discorra, com fundamento no texto constitucional e no entendimento do STF, sobre os seguintes aspectos:

- 1 o papel institucional do CNJ, descrevendo a sua composição;
- 2 a competência do CNJ para fixar prazo para o presidente do tribunal adotar providências;
- 3 a competência do STF para conhecimento originário da ação mencionada.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

8 Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar n.º 35/1979). Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. Lei Estadual n.º 5.008/1981 (Código de Organização Judiciária do Estado do Pará). Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (aprovado pela Resolução n.º 13/2016). 18 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 22 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional n.º 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Papel institucional e composição do CNJ

O CNJ foi uma novidade introduzida pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, no âmbito da chamada Reforma do Judiciário. Na forma do inciso I-A do art. 92 da Constituição Federal de 1988 (CF), o CNJ é um órgão do Poder Judiciário, composto por 15 membros com mandato de 2 anos, sendo o presidente do STF o seu membro nato. A composição do CNJ está discriminada no art. 103-B da CF, *in verbis*:

Art. 103-B [...]

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

- VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Não é necessário que o candidato tenha memorizado cada um dos membros listados, sendo suficiente que ele demonstre o conhecimento da lógica da composição, em linhas gerais, podendo, se for caso, apresentar exemplos. É suficiente que o candidato saiba que o CNJ é composto pelo presidente do STF, por ministros indicados pelo STJ e pelo TST, bom como por representantes da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e por cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelo Poder Legislativo federal.

Em linhas gerais, compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (cf. §4.º do art. 103-B da CF).

2 Competência do CNJ para fixar prazo

Entre as suas competências constitucionais, previstas no § 4.º do art. 103-B da CF, cabe ao CNJ:

- II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;
- III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Pela leitura do art. 37 da CF, verifica-se que

- VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Na forma do inciso II do § 4.º do art. 103-B da CF, compete ao CNJ zelar pelo cumprimento do art. 37 da CF, no que se inclui a observância da reserva de cargos para as pessoas com deficiência.

Sem se adentrar no mérito da discussão de fundo, o CNJ possui, de fato, competência para receber reclamações contra qualquer membro do Poder Judiciário, podendo apreciar, de ofício ou por provocação, a legalidade dos atos administrativos de quaisquer dos seus membros e, se for o caso, fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Cumprido destacar que a competência do CNJ se limita aos atos administrativos dos membros do Poder Judiciário. Assim, no caso concreto, o CNJ, de fato, possui competência para fixar prazo ao presidente do tribunal de justiça para a adoção de **atos administrativos**. Contudo, não teria competência para rever atos do presidente do tribunal que tenham sido adotados no exercício da atividade jurisdicional.

3 Competência do STF para conhecimento originário da ação descrita

O art. 102 da CF assim prevê:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

Assim, a leitura isolada do dispositivo acima transcrito poderia levar à conclusão de que qualquer ação proposta em desfavor do CNJ deveria ser julgada originariamente pelo STF.

Contudo, a suprema corte tem adotado interpretação restritiva desse dispositivo.

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PROPOSTA CONTRA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ART. 102, I, R, DA CONSTITUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITA DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Não se enquadra na competência originária do Supremo Tribunal Federal, de que trata o art. 102, I, r, da CF, ação de rito comum ordinário, promovida por detentores de delegação provisória de serviços notariais, visando à anulação de atos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ sobre o regime dos serviços das serventias (relação de vacâncias, apresentação de balancetes de emolumentos e submissão a teto remuneratório). 2. Agravos regimentais improvidos. (STF, ACO 1680 AgR, min. Teori Zavascki, Pleno, j. 24/9/2014)

A leitura do seguinte trecho do inteiro teor do acórdão permite verificar a tese adotada pelo STF para a hipótese em tela.

2. Portanto, segundo a orientação adotada pelo Plenário, as “ações” a que se refere o art. 102, I, “r” da Constituição Federal são apenas as ações constitucionais de mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus. As demais ações em que se questionam atos do Conselho Nacional de Justiça — CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP submetem-se, conseqüentemente, ao regime de competência estabelecido pelas normas comuns de direito processual.

(grifos nossos)

O entendimento apresentado foi confirmado em múltiplos precedentes: AO 1706 AgR/DF, Pleno, Rel. min. Celso de Mello, j. 18/12/2013, DJe de 18/2/2014; ACO 1.704/DF, Rel. min. Ayres Britto; e AO 1.718/DF, Rel. min. Rosa Weber.

E a lógica adotada pelo STF é que, nesse caso, o polo passivo da ação seria a União, não o CNJ. O CNJ somente figura propriamente nas lides na qualidade de autoridade coatora, como ocorre nos *writs* constitucionais, tais como o mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

Verifique-se sobre o tema o entendimento assentado pelo STF na AO 1706 AgR.

A competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuidando-se de impugnação a deliberações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, tem sido reconhecida apenas na hipótese de impetração, contra referido órgão do Poder Judiciário (CNJ), de mandado de segurança, de “*habeas data*”, de “*habeas corpus*” (quando for o caso) ou de mandado de injunção, pois, em tal situação, o CNJ qualificar-se-á como órgão coator impregnado de legitimação passiva “*ad causam*” para figurar na relação processual instaurada com a impetração originária, perante a Suprema Corte, daqueles “*writs*” constitucionais. Em referido contexto, o Conselho Nacional de Justiça, por ser órgão não personificado, define-se como simples “parte formal” (Pontes de Miranda, “Comentários ao Código de Processo Civil”, tomo I/222-223, item n. 5, 4.^a ed., 1995, Forense; José dos Santos Carvalho Filho, “Manual de Direito Administrativo”, p. 15/17, item n. 5, 25.^a ed., 2012, Atlas, v.g.), revestido de mera “personalidade judiciária” (Victor Nunes Leal, “Problemas de Direito Público”, p. 424/439, 1960, Forense), achando-se investido, por efeito de tal condição, da capacidade de ser parte

(Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, “Código de Processo Civil”, p. 101, 5.^a ed., 2013, RT; Humberto Theodoro Júnior, “Curso de Direito Processual Civil”, vol. I/101, item n. 70, 54.^a ed., 2013, Forense; Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, “Código de Processo Civil Comentado”, p. 233, item n. 5, 13.^a ed., 2013, RT, v.g.), circunstância essa que plenamente legitima a sua participação em mencionadas causas mandamentais. Precedentes. Tratando-se, porém, de demanda diversa (uma ação ordinária, p. ex.), não se configura a competência originária da Suprema Corte, considerado o entendimento prevalecente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, manifestado, inclusive, em julgamentos colegiados, eis que, nas hipóteses não compreendidas no art. 102, I, alíneas “d” e “q”, da Constituição, a legitimação passiva “*ad causam*” referir-se-á, exclusivamente, à União Federal, pelo fato de as deliberações do Conselho Nacional de Justiça serem juridicamente imputáveis à própria União.

Como, na situação proposta, a associação dos servidores em questão ingressou com uma ação civil pelo rito ordinário, logo não há de se falar em competência originária do STF.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O CNJ pode fixar prazo para que membros do Poder Judiciário adotem alguma providência?
- 2) O CNJ tem competência para controlar qualquer ato emitido por um membro do Poder Judiciário?
- 3) O STF faz algum tipo de corte ou distinção das ações a serem ou não julgadas originariamente por ele em relação ao CNJ? Qual é o entendimento majoritário do STF sobre o tema? Quais são os seus fundamentos?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO IV – DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

O estado do Pará aprovou lei para isentar do recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) as usinas produtoras de álcool que se comprometerem a investir em projetos de pesquisa no estado. Sabendo disso, o procurador-geral da República ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF, alegando que a isenção em questão não teria sido aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Acerca da situação hipotética precedente, responda, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 A Constituição Federal de 1988 prevê a consulta ao CONFAZ como condição para a concessão de isenção fiscal?
- 2 Dada a autonomia dos entes federados, o STF admite que uma unidade da Federação conceda discricionariamente isenção de ICMS de forma unilateral?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Normas constitucionais de Direito Tributário. 8 Limitações do poder de tributar: imunidade tributária, imunidades em espécie, distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 10 Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ.

18 Impostos da União, impostos dos Estados e impostos dos Municípios.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Consulta ao CONFAZ como condição para a concessão de isenção fiscal

Ao dispor sobre o ICMS, o art. 155, § 2.º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que cabe a lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

A Lei Complementar (LC) n.º 24/1975 disciplina a concessão de benefícios fiscais referentes ao ICMS. Para evitar a chamada “guerra fiscal”, o art. 1.º dessa LC previu que as isenções são concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo Distrito Federal.

Esses convênios são celebrados em reuniões com representantes de todos os estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do governo federal. Na forma da citada LC, a concessão de qualquer benefício fiscal relativo ao ICMS depende sempre de decisão unânime dos estados presentes à reunião.

Embora nem a CF, nem a citada LC mencionem expressamente o CONFAZ, entende-se que o seu fundamento de validade decorre precisamente do art. 2.º daquela mesma LC.

Art. 2º Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 1º As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2º A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

§ 3º Dentro de 10 (dez) dias, contados da data final da reunião a que se refere este artigo, a resolução nela adotada será publicada no Diário Oficial da União.

O termo CONFAZ não consta da referida lei, tendo sido definido em reunião dos estados e do Distrito Federal por meio do Convênio ICM n.º 8/1975 (DOU 23/4/1975), cuja cláusula primeira enuncia que “o colegiado estabelecido pela Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, passa a se denominar ‘Conselho de Política Fazendária’, regendo-se pelo Regimento anexo”.

Posteriormente, o conselho passou a ser previsto nas legislações e decretos que tratam da estrutura do Poder Executivo federal, adotando-se o nome de Conselho Nacional de Política Fazendária. Atualmente, por conta do Decreto n.º 9.745/2019, o CONFAZ é um órgão colegiado, vinculado à estrutura organizacional do Ministério da Economia.

Assim, de fato, o texto constitucional não contém previsão expressa à consulta ao CONFAZ. Contudo, o entendimento consolidado do STF, feito com base no art. 155, § 2.º, inciso XII, alínea “g”, da CF, é que a concessão de benefício fiscal referente ao ICMS depende da existência de convênio interestadual.

I. TRIBUTÁRIO. LEI ESTADUAL QUE INSTITUI BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. AUSÊNCIA DE CONVÊNIO INTERESTADUAL PRÉVIO. OFENSA AO ART. 155, § 2º, XII, g, DA CF/88. II. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS.

1. A instituição de benefícios fiscais relativos ao ICMS só pode ser realizada com base em convênio interestadual, na forma do art. 155, §2º, XII, g, da CF/88 e da Lei Complementar n.º 24/75. [...] (STF, ADI 4481, min. Roberto Barroso, 11/3/2015.)

Ainda conforme os precedentes do STF, esse convênio é, precisamente, consubstanciado por meio dos convênios do CONFAZ, por força da LC n.º 24/1975.

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei n.º 11.393/2000, do Estado de Santa Catarina. Tributo. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS. Benefícios fiscais. Cancelamento de notificações fiscais e devolução dos correspondentes valores recolhidos ao erário. Concessão. Inexistência de suporte em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, nos termos da LC 24/75. Expressão da chamada "guerra fiscal". Inadmissibilidade. Ofensa aos arts. 150, § 6º, 152 e 155, § 2º, inc. XII, letra "g", da CF. Ação julgada procedente. Precedentes. Não pode o Estado-membro conceder isenção, incentivo ou benefício fiscal, relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, de modo unilateral, mediante decreto ou outro ato normativo, sem prévia celebração de convênio intergovernamental no âmbito do CONFAZ. (STF, ADI 2345, min. Cezar Peluso, Pleno, 30/6/2011.)

Isso posto, a CF não prevê, de forma explícita, que os estados tenham que consultar o CONFAZ para conceder benefícios fiscais referentes ao ICMS. Contudo, por força do art. 155, § 2.º, inciso XII, alínea “g”, da CF c/c art. 2º da LC n.º 24/1975, a concessão de isenção de ICMS depende da existência de um convênio a ser celebrado entre os estados e o DF, aprovado de forma unânime, reconhecendo o STF que o convênio do CONFAZ serve para tal propósito.

2 Jurisprudência do STF quanto a uma unidade da Federação conceder discricionariamente uma isenção de ICMS de forma unilateral

Por força do art. 155, § 2.º, inciso XII, letra “g”, da CF c/c art. 2.º da LC n.º 24/1975, é entendimento firme do STF que os estados e o DF não podem conceder benefício fiscal do ICMS sem prévia autorização por convênio interestadual.

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR. ICMS. RESPEITO AO PACTO FEDERATIVO NA CONCESSÃO DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS. EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE DELIBERAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR. INCONSTITUCIONALIDADE NA CONCESSÃO UNILATERAL. PROCEDÊNCIA.

1. As competências tributárias deverão ser exercidas em fiel observância às normas constitucionais, que preveem, especificamente, limitações do poder de tributar, com a consagração de princípios, imunidades, restrições e possibilidades de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais. 2. A deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS é exigência direta do texto constitucional, assim como a observância da disciplina constante na lei complementar, que constitui uma das matérias básicas de integração do Sistema Tributário Nacional, no sentido de desrespeito ao equilíbrio federativo (“guerra fiscal”). 3. Desrespeito à alínea “g” do inciso XII do §2º do artigo 155 da Constituição Federal em decorrência da concessão unilateral de incentivos e benefícios fiscais no ICMS pela Lei estadual/MT n.º 7.874/2002 (artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11, Programa de incentivo às usinas produtoras de álcool do Estado de Mato Grosso – PRO-ÁLCOOL). 4. Medida cautelar confirmada. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (STF, ADI 2823, min. Alexandre de Moraes, Pleno, 19/12/2018.)

[...] a Constituição delineou-lhe, no que concerne ao exercício, pelo Estado-membro, de sua competência exonerativa, um regime jurídico-tributário próprio e estrito, com disciplina normativa exorbitante daquela peculiar às demais espécies tributárias. [...] Isso significa que o Estado-membro sofre importantes restrições de índole constitucional no que concerne ao regramento peculiar ao ICMS, notadamente quanto ao uso das técnicas de exoneração tributária. (STF, ADI 4635 MC-AgR-Ref, min. Celso de Mello, Pleno, 11/12/2014.)

Nos termos dos precedentes anteriores, como regra geral, a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais é um ato discricionário do ente federativo competente para a instituição do tributo. Contudo, para o STF, a concessão do benefício fiscal de forma unilateral, sem prévia autorização em convênio do CONFAZ, desrespeita a exigência constitucional de deliberação dos estados e do Distrito Federal, havendo, por conseguinte, ofensa ao disposto no art. 155, §2.º, XII, “g”, da CF, regulamentado pela LC n.º 24/1975, em seu art. 1.º, parágrafo único, caput e inciso IV.

Nesse mesmo sentido, registram-se os seguintes precedentes do STF: ADI 4635 MC-AgR-Ref, min. Celso de Mello, Pleno, 11/12/2014; ADI 3702, min. Dias Toffoli, Pleno, 1/6/2011; ADI 3664, min. Cezar Peluso, Pleno, 1/6/2011.

O dispositivo constitucional em epígrafe busca evitar a chamada “guerra fiscal”, impedindo que os estados estabeleçam uma disputa fiscal entre si na atração de negócios e investimentos. Trata-se, portanto, de uma medida disciplinadora do pacto federativo.

A estrutura jurídico-normativa do ICMS é peculiar, pois, embora estadual, esse imposto possui um regramento jurídico de âmbito nacional, que impõe significativas limitações à competência normativa do estado-membro no tratamento legislativo dessa espécie tributária, havendo, portanto, uma pretensão de uniformização nacional no tratamento desse tributo. Busca-se, assim, evitar que a concessão unilateral de favores fiscais dê início a uma disputa predatória entre os estados e o DF.

Logo, quanto ao possível ferimento à autonomia federativa de cada ente, há que se apontar que o art. 18 da CF prevê que os estados e o DF são autônomos nos termos constitucionais.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Por expressa previsão do texto constitucional, pode a própria CF limitar a autonomia dos entes federativos. Isso é o que ocorre no caso do ICMS, por força do art. 155, § 2.º, inciso XII, letra “g”, da CF. Esse entendimento foi confirmado pelo STF na ADI 3246, min. Carlos Britto, Pleno, 19/4/2006.

Dessa forma, a autonomia dos entes federativos é mitigada no tocante aos benefícios fiscais do ICMS, não sendo possível que um ente estadual conceda uma isenção fiscal desse tributo de forma unilateral, sem que tal isenção esteja previamente autorizada em convênio interestadual, aprovado na forma da LC n.º 24/1975. Conforme o entendimento do STF, essa restrição não viola a autonomia dos entes federativos e é uma cláusula do próprio pacto federativo.

Assim, na situação hipotética apresentada, confirmando-se a alegação da PGR de inexistência do convênio autorizativo do CONFAZ, deve o STF declarar a inconstitucionalidade da legislação do Pará sob exame.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Segundo a jurisprudência do STF, o convênio do CONFAZ é impositivo para todos os estados e para o Distrito Federal?
- 2) Qual é a posição majoritária do STF a respeito do tema que envolve a situação hipotética apresentada?
- 3) Lei federal, ao determinar a celebração de convênios no âmbito do CONFAZ, fere a autonomia dos entes federativos?
- 4) Para o STF, a referida lei do estado do Pará seria constitucional?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

PONTO IV – DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Pedro, com 19 anos de idade, e Maria, com 17 anos de idade, praticaram, por diversas vezes e nas mesmas condições de tempo e lugar, conjunção carnal e atos libidinosos na presença de Lara, irmã de Maria e menor de 14 anos de idade. Em depoimento prestado perante a autoridade judiciária, Maria confirmou ter praticado os atos a pedido de Pedro, por ele afirmar que romperia o namoro caso ela não induzisse a irmã a assistir às práticas sexuais do casal.

A partir dos fatos narrados nessa situação hipotética, responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos.

- 1 Quais condutas típicas foram praticadas por Pedro e Maria?
- 2 Podem ser agravadas ou reduzidas as penas de Pedro em relação às suas condutas no caso em apreço?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Concurso de crimes. 17 Imputabilidade penal. 18 Concurso de Pessoas. 19 Penas. Espécies de penas. Cominação das penas. Aplicação da pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Execução das penas em espécie e incidentes de execução. Limites das penas. 28 Crimes contra a dignidade sexual. 45 Crimes da Lei n.º 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Pedro praticou o crime previsto no art. 218-A do Código Penal, descrito como “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, cuja pena será aumentada de quarta parte, em razão do concurso de pessoas, conforme inciso I do art. 226 do Código Penal. Praticou também o crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei n.º 8.069/1990).

Maria praticou ato infracional análogo ao crime de “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, previsto no art. 218-A do Código Penal.

2 Sim, há circunstância atenuante e causa especial de aumento de pena, que serão aplicadas na dosimetria das penas impostas a Pedro.

Pedro terá a pena diminuída nos dois crimes, em razão da circunstância atenuante prevista no inciso I do art. 65 do Código Penal. Trata-se de circunstâncias que sempre atenuam a pena quando o agente é menor de 21 anos de idade na data do fato.

Ainda, consoante o inciso I do art. 226 do Código Penal, haverá causa especial de aumento de pena em relação ao crime disposto no art. 218-A do Código Penal, haja vista o crime ter sido praticado em concurso de pessoas.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Quais condutas de Pedro são consideradas crimes?
- 2) Em quais dispositivos legais estão capituladas as condutas praticadas por Pedro e Maria?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO I – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma revista eletrônica anunciou a publicação de artigo que revelaria o envolvimento de determinado político em um esquema de fraude de licitações, crime que estava sendo investigado pela Polícia Federal. Sabendo de tal fato, o político em questão requereu liminar para a proibição da publicação e retirada da matéria do sítio da revista na *Internet*, uma vez que a questão ainda estava sob investigação, devendo-se privilegiar a garantia de presunção de inocência e a proteção à imagem do acusado.

A partir da situação hipotética apresentada, discorra, de modo fundamentado, sobre os seguintes aspectos:

- 1 posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa;
- 2 possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão;
- 3 mecanismos usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 220 da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura a chamada liberdade de imprensa, também referida como liberdade de informação jornalística.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A posição paradigmática do STF a respeito do referido instituto foi exposta na ADPF 130 (min. Ayres Britto, Pleno, 30/4/2009), segundo a qual,

Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua exclusão, no sentido de que as

primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras.

Nesse contexto, embora a liberdade de imprensa deva ser sopesada em face dos demais direitos fundamentais, o STF rechaçou a chamada censura prévia de matérias jornalísticas, ainda que feita por ordem judicial.

Essa posição foi recentemente reforçada pelo STF, o qual cassou uma ordem judicial que determinava a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico.

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. 3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. 4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação. (STF, RCL 22.328, Rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, 6/3/2018.)

A liberdade de imprensa implica uma série de garantias, como a livre e plena manifestação do pensamento, sigilo da fonte e livre exercício. Essas prerrogativas são contrabalançadas, por outro lado, por obrigações como o direito à indenização por eventual dano material ou moral; a vedação ao anonimato; o direito de resposta; e a possível responsabilidade penal por calúnia, injúria ou difamação. Registra, ainda, o STF que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia.

Sobre o tema, confira-se a ementa da ADPF 130, *in verbis*:

PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO.

Segundo o STF, ainda no precedente da ADPF 130, haveria um núcleo duro da garantia à atividade

jornalística, o qual implicaria garantir que “quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja”, não cabendo ao Estado definir previamente o que pode ou não pode ser dito por indivíduos e jornalistas.

Dessa forma, entendeu o STF que a chamada “Lei de Imprensa” (Lei n.º 5.250/1967) não foi recepcionada, sendo aplicáveis as normas da legislação comum, como o Código Civil e Código Penal. Na hipótese de abuso pelo exercício do direito, podendo o autor ser responsabilizado civil e penalmente pelo que publicar. É igualmente assegurado o direito de resposta, exercitável para replicar ou retificar as informações da matéria, e que possui expressa índole constitucional (cf. inc. V do art. 5º da CF).

Contudo, restou vedada pelo STF a possibilidade de proferir uma decisão judicial para se proibir a publicação de uma matéria, ou determinar a sua retirada.

Sobre o tema, confira-se a Rcl 18.566 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 12/9/2014, dec. monocrática, DJE de 17/9/2014, e a Rcl 22.238, rel. min. Roberto Barroso, j. 6/3/2018, Primeira Turma, DJE de 10/5/2018.

Destaca-se, ainda, que o STF apontou que, respeitado o núcleo duro da garantia, a liberdade de imprensa encontraria limitação na própria CF, devendo ser observadas, entre outras, as seguintes garantias:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

De fato, a liberdade de imprensa não pode desconsiderar outros princípios constitucionais como os da presunção de inocência e proteção à imagem, como ocorre no caso concreto. Todavia, essa questão deve ser resolvida por meio do direito de resposta e da responsabilização civil e penal por eventual abuso, não por meio da censura prévia da publicação.

Cumprido destacar que o direito de resposta, além de ter índole constitucional, é igualmente protegido pela garantia da livre manifestação de pensamento. Ele deve ser assegurado de forma proporcional ao agravo e inclui o direito tanto de retificar informações como o de replicar e contra-argumentar as informações publicadas. Há de se ter em mente, ainda, que o direito de resposta não afasta, nem se confunde, com o direito de a parte prejudicada ser indenizada pelo dano causado por eventual abuso do jornalista ou veículo de imprensa.

Em síntese:

1 A posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa

É a que consta da ADPF 130, ou seja, a liberdade de imprensa é uma garantia constitucional, sendo considerada como um sobredireito, que serve como garantia, e um pressuposto para o exercício de todos os demais direitos constitucionais. Consta também que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia e que eventuais abusos devem ser combatidos *a posteriori*, devendo o Poder Judiciário garantir e permitir a livre manifestação da imprensa.

2 A possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão

A liberdade de imprensa possui um núcleo duro, que é a da possibilidade de publicar e falar o que se quiser, sem possibilidade de censura prévia por qualquer órgão estatal, inclusive o Poder Judiciário.

Assim, tratando-se de matéria jornalística divulgada por veículo da imprensa, como regra, não cabe ao Judiciário conceder liminar para impedir a sua publicação ou divulgação.

3 Os mecanismos que podem ser usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa

Eventuais abusos no exercício da atividade jornalística devem ser combatidos *a posteriori*, por meio do exercício do direito de resposta; do pagamento de indenização; e pela possibilidade de responsabilização civil e penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A Constituição Federal de 1988 admite a censura prévia por órgãos estatais?
- 2) Se houver abuso no exercício da liberdade de imprensa, quais são os mecanismos de responsabilização juridicamente disponíveis ao Poder Judiciário?
- 3) O jornalista pode ser penalmente responsabilizado pelo conteúdo de uma matéria jornalística?
- 4) Em que consiste o direito de resposta? Ele pode ser substituído por eventual indenização?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO I – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

A escultora de determinada obra, produzida e vendida em razão de contrato celebrado com uma associação, propôs ação de indenização contra pessoa jurídica que havia fotografado essa obra e utilizado a foto como estampa em camisetas, comercializando-as ao público sem pedido de cessão de direitos autorais nem pagamento de direitos patrimoniais.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma justificada e com base no entendimento do STJ, se assiste razão à escultora, uma vez que a obra havia sido vendida à referida associação.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

25 Direitos autorais.

PADRÃO DE RESPOSTA

A escultora tem razão, porque os direitos do autor pertencem-lhe exclusivamente, cabendo-lhe utilizar, fruir e dispor da obra artística, de modo que a reprodução deveria ter sido autorizada prévia e expressamente pela autora ou pelo titular do direito. O fato de a obra ter sido vendida não retira da autora a prerrogativa de defender a sua criação, o que inclui auferir proveitos patrimoniais pela sua utilização e evitar utilização por terceiros, sob quaisquer modalidades, sem sua autorização prévia e expressa. Assim, configura-se a responsabilidade civil da pessoa jurídica que fotografou a obra e a utilizou como estampa em camisetas, comercializando-as ao público, o que enseja indenização.

(...) 3. A expressão artística é um direito individual, de modo que a reprodução da obra deve ser autorizada prévia e expressamente pelo autor ou titular do direito. Basta a reprodução total ou parcial da criação intelectual para que seja violado o direito autoral, sendo irrelevantes a quantidade (se um exemplar ou vários) e a finalidade (comercial ou não). (...) 5. Os direitos do autor pertencem exclusivamente a este, ao qual cabe utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica. 6. A aquisição derivada de direitos autorais somente ocorre por contrato escrito ou pelo falecimento do autor. 6.1. Os direitos patrimoniais do autor transferem-se por contratos escritos, comutativos e onerosos. Como os negócios jurídicos autorais devem ser interpretados restritivamente, considera-se não convencionado o que não constar expressamente do contrato celebrado entre as partes. 7. O fato de a obra ser vendida à pessoa física ou jurídica (de direito público ou privado) não retira do autor a prerrogativa de defender a sua criação, de auferir os proventos patrimoniais que a exposição de seu trabalho ao público venha a proporcionar, bem como de evitar possível utilização por terceiros, sob quaisquer modalidades, sem sua autorização prévia e expressa. 8. Uma vez incontroverso o nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o dano causado à particular, configura-se a responsabilidade civil objetiva por parte dos Correios, estes sem qualquer direito sobre a obra intelectual alheia, tornando-se indenizável a violação do direito autoral. Recurso especial improvido. (REsp 1422699/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em

1/9/2015, DJe 24/9/2015.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A quem pertencem os direitos do autor?
- 2) Quais são as consequências do direito do autor?
- 3) A venda da obra retira do autor a prerrogativa de defender a sua criação? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO I – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 3

Discorra sobre os seguintes aspectos, referentes à sentença no processo penal brasileiro:

- 1 conceito doutrinário e legal;
- 2 elementos da sentença penal;
- 3 classificação das sentenças.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

18 Sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. Coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Sentença é o ato judicial que extingue o processo, com ou sem julgamento do mérito, com o esgotamento da instância em que foi proferida. A sentença marca o encerramento de uma fase do processo, quando o juiz conclui sua participação e não poderá modificá-la, nem mesmo para sanar nulidades, relativas ou absolutas, salvo para sanar obscuridades, ambiguidade, contradição ou omissão, nos termos do art. 382 do Código de Processo Penal.

2 Os elementos da sentença estão previstos no art. 381 do Código de Processo Penal. São eles:

a) **elementos intrínsecos:**

- relatório (incisos I e II);
- motivação e fundamentação (incisos III e IV);
- dispositivo (inciso V);

b) **elementos extrínsecos:**

- data e assinatura do juiz (inciso VI).

3 As sentenças classificam-se em:

a) **extintivas de mérito:**

- condenatórias — quando julgam procedente, total ou parcialmente, a pretensão punitiva;
- absolutórias — quando não acolhem o pedido da condenação. Podem ser: **próprias**, quando não acolhem a pretensão punitiva, não impondo qualquer sanção ao acusado (art. 386 do CPP); ou **impróprias**, quando não acolhem a pretensão punitiva, mas impõem ao réu medida de segurança.

b) **terminativas de mérito:** julgam o mérito, mas não condenam nem absolvem o réu, como, por exemplo, na que declara a extinção da punibilidade.

Espécies de sentença

- **sentença subjetivamente simples:** proferida por órgão monocrático, por um juiz singular.
- **sentença subjetivamente plúrima:** proferida por órgão colegiado (exemplo: a proferida pelo Conselho

de Justiça Militar).

- **sentença subjetivamente complexa:** proferida por mais de um órgão (exemplo: sentença do júri: o órgão colegiado decide o mérito e o juiz presidente decide a pena).

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Qual é o efeito da sentença penal?
- 2) O magistrado poderá, posteriormente, alterar a sentença que proferiu? (**caso o candidato responda que sim, faça a seguinte pergunta**) Em quais circunstâncias?
- 3) Qual é a classificação doutrinária dos elementos da sentença penal?
- 4) Como a sentença se classifica quanto ao seu órgão julgador?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO II – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma revista eletrônica anunciou a publicação de artigo que revelaria o envolvimento de determinado político em um esquema de fraude de licitações, crime que estava sendo investigado pela Polícia Federal. Sabendo de tal fato, o político em questão requereu liminar para a proibição da publicação e retirada da matéria do sítio da revista na *Internet*, uma vez que a questão ainda estava sob investigação, devendo-se privilegiar a garantia de presunção de inocência e a proteção à imagem do acusado.

A partir da situação hipotética apresentada, discorra, de modo fundamentado, sobre os seguintes aspectos:

- 1 posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa;
- 2 possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão;
- 3 mecanismos usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 220 da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura a chamada liberdade de imprensa, também referida como liberdade de informação jornalística.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A posição paradigmática do STF a respeito do referido instituto foi exposta na ADPF 130 (min. Ayres Britto, Pleno, 30/4/2009), segundo a qual,

Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua exclusão, no sentido de que as

primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras.

Nesse contexto, embora a liberdade de imprensa deva ser sopesada em face dos demais direitos fundamentais, o STF rechaçou a chamada censura prévia de matérias jornalísticas, ainda que feita por ordem judicial.

Essa posição foi recentemente reforçada pelo STF, o qual cassou uma ordem judicial que determinava a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico.

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. 3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. 4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação. (STF, RCL 22.328, Rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, 6/3/2018.)

A liberdade de imprensa implica uma série de garantias, como a livre e plena manifestação do pensamento, sigilo da fonte e livre exercício. Essas prerrogativas são contrabalançadas, por outro lado, por obrigações como o direito à indenização por eventual dano material ou moral; a vedação ao anonimato; o direito de resposta; e a possível responsabilidade penal por calúnia, injúria ou difamação. Registra, ainda, o STF que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia.

Sobre o tema, confira-se a ementa da ADPF 130, *in verbis*:

PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO.

Segundo o STF, ainda no precedente da ADPF 130, haveria um núcleo duro da garantia à atividade

jornalística, o qual implicaria garantir que “quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja”, não cabendo ao Estado definir previamente o que pode ou não pode ser dito por indivíduos e jornalistas.

Dessa forma, entendeu o STF que a chamada “Lei de Imprensa” (Lei n.º 5.250/1967) não foi recepcionada, sendo aplicáveis as normas da legislação comum, como o Código Civil e Código Penal. Na hipótese de abuso pelo exercício do direito, podendo o autor ser responsabilizado civil e penalmente pelo que publicar. É igualmente assegurado o direito de resposta, exercitável para replicar ou retificar as informações da matéria, e que possui expressa índole constitucional (cf. inc. V do art. 5º da CF).

Contudo, restou vedada pelo STF a possibilidade de proferir uma decisão judicial para se proibir a publicação de uma matéria, ou determinar a sua retirada.

Sobre o tema, confira-se a Rcl 18.566 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 12/9/2014, dec. monocrática, DJE de 17/9/2014, e a Rcl 22.238, rel. min. Roberto Barroso, j. 6/3/2018, Primeira Turma, DJE de 10/5/2018.

Destaca-se, ainda, que o STF apontou que, respeitado o núcleo duro da garantia, a liberdade de imprensa encontraria limitação na própria CF, devendo ser observadas, entre outras, as seguintes garantias:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

De fato, a liberdade de imprensa não pode desconsiderar outros princípios constitucionais como os da presunção de inocência e proteção à imagem, como ocorre no caso concreto. Todavia, essa questão deve ser resolvida por meio do direito de resposta e da responsabilização civil e penal por eventual abuso, não por meio da censura prévia da publicação.

Cumprido destacar que o direito de resposta, além de ter índole constitucional, é igualmente protegido pela garantia da livre manifestação de pensamento. Ele deve ser assegurado de forma proporcional ao agravo e inclui o direito tanto de retificar informações como o de replicar e contra-argumentar as informações publicadas. Há de se ter em mente, ainda, que o direito de resposta não afasta, nem se confunde, com o direito de a parte prejudicada ser indenizada pelo dano causado por eventual abuso do jornalista ou veículo de imprensa.

Em síntese:

1 A posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa

É a que consta da ADPF 130, ou seja, a liberdade de imprensa é uma garantia constitucional, sendo considerada como um sobredireito, que serve como garantia, e um pressuposto para o exercício de todos os demais direitos constitucionais. Consta também que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia e que eventuais abusos devem ser combatidos *a posteriori*, devendo o Poder Judiciário garantir e permitir a livre manifestação da imprensa.

2 A possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão

A liberdade de imprensa possui um núcleo duro, que é a da possibilidade de publicar e falar o que se quiser, sem possibilidade de censura prévia por qualquer órgão estatal, inclusive o Poder Judiciário.

Assim, tratando-se de matéria jornalística divulgada por veículo da imprensa, como regra, não cabe ao Judiciário conceder liminar para impedir a sua publicação ou divulgação.

3 Os mecanismos que podem ser usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa

Eventuais abusos no exercício da atividade jornalística devem ser combatidos *a posteriori*, por meio do exercício do direito de resposta; do pagamento de indenização; e pela possibilidade de responsabilização civil e penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A Constituição Federal de 1988 admite a censura prévia por órgãos estatais?
- 2) Se houver abuso no exercício da liberdade de imprensa, quais são os mecanismos de responsabilização juridicamente disponíveis ao Poder Judiciário?
- 3) O jornalista pode ser penalmente responsabilizado pelo conteúdo de uma matéria jornalística?
- 4) Em que consiste o direito de resposta? Ele pode ser substituído por eventual indenização?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO II – DIREITO PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Agente público foi denunciado pela prática de crime contra a administração pública, por ter recebido anualmente, durante cinco anos, no exercício da função, vultuosa quantia para conceder alvarás de funcionamento a determinado estabelecimento comercial. Em sua defesa, entre os argumentos apresentados, alegou tratar-se de continuidade delitiva, pois seriam crimes da mesma espécie e teriam sido praticados nas mesmas condições de tempo e modo de execução.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, responda, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual o conceito legal de crime continuado? Os argumentos apresentados pela defesa devem ser acolhidos pelo magistrado?
- 2 Há previsão legal expressa a respeito do intervalo temporal necessário ao reconhecimento da continuidade delitiva? Qual é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre esse tema?
- 3 Se, no intervalo temporal dos crimes, houver edição de lei mais gravosa, ela será aplicada? Qual é o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre esse assunto?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. 14 Concurso de crimes. 32 Crimes contra a administração pública. 53. Súmulas do STF e do STJ.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Dá-se o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, mediante duas ou mais condutas, os quais, pelas condições de tempo, lugar, modo de execução e outras, podem ser tidos uns como continuação dos outros. Trata-se de uma ficção jurídica para concluir que as demais ações subsequentes são, na verdade, continuação do primeiro crime, existindo um crime só. Embora não haja previsão expressa em relação ao lapso temporal entre as condutas, o magistrado não deve acolher a tese e reconhecer a existência de concurso material, previsto no art. 69 do Código Penal.

2 O art. 71 do Código Penal não traz previsão expressa do lapso temporal que caracterize a continuidade delitiva, então a análise dos requisitos ficará a critério do magistrado, que deverá decidir de forma fundamentada sobre a existência ou não do crime continuado.

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, o lapso temporal para a configuração do crime continuado não pode exceder 30 dias: “O art. 71, *caput*, do Código Penal não delimita o intervalo de tempo necessário ao reconhecimento da continuidade delitiva. Esta Corte não admite, porém, a incidência do instituto

quando as condutas criminosas foram cometidas em lapso superior a trinta dias.” (AgRg no REsp 1.747.1309/RS, j. 13/12/2018).

A regra, no entanto, não é absoluta. O próprio STJ admite que o juiz analise as circunstâncias do caso concreto e, se cabível, reconheça a continuidade, mesmo diante de intervalos maiores que 30 dias: “Embora para reconhecimento da continuidade delitiva se exija o não distanciamento temporal das condutas, em regra no período não superior a trinta dias, conforme precedentes da Corte, excepcional vinculação entre as condutas permite maior elastério no tempo” (AgRg no REsp 1.345.274/SC, DJe 12/4/2018).

3 A despeito da premissa de irretroatividade da lei penal mais gravosa ao réu, o STF editou a Súmula n.º 711, que reconhece a aplicação da lei penal mais severa ao crime continuado quando a sua vigência é anterior à cessação da continuidade delitiva; isso porque há uma renovação de consumação que se protraí no tempo até que cesse a conduta.

Súmula n.º 711 do STF: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.”.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Considerando o conceito de crime continuado, o magistrado deve acolher a tese de defesa e considerar a continuidade delitiva ou outro concurso de crime? Por quê?
- 2) Havendo um marco temporal que delimite a prática dos crimes, reconhecido pelos tribunais superiores, o magistrado poderá desconsiderar esse lapso de tempo? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO II – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado juiz, ao julgar improcedente uma ação civil por ato de improbidade administrativa, desconsiderou todas as provas produzidas no inquérito civil público, por não terem sido submetidas ao contraditório e à ampla defesa. O Ministério Público recorreu, alegando que o apurado no inquérito, ainda que se tratasse de provas colhidas unilateralmente, teria validade e eficácia para o Poder Judiciário e concorreria para reforçar o entendimento do julgador.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma justificada e com base na jurisprudência do STJ, se há amparo para as alegações recursais do Ministério Público.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

17 Provas. Teoria geral da prova. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção.

PADRÃO DE RESPOSTA

Inexiste nulidade na colheita de provas no âmbito do inquérito civil, que servem, em juízo, como prova indiciária, elemento de convicção por ser uma investigação pública e oficial. Assim, o que se apura no inquérito civil público tem validade e eficácia para o Poder Judiciário, concorrendo para reforçar o entendimento do julgador, quando em confronto com as provas produzidas pela parte contrária, isto porque a prova colhida inquisitorialmente não se afasta por mera negativa, cabendo ao juiz, no seu livre convencimento, sopesá-las, observando as regras processuais pertinentes à distribuição do ônus da prova, só devendo ser afastadas as provas colhidas no inquérito civil quando houver contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório.

PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INQUÉRITO CIVIL: VALOR PROBATÓRIO.

1. O inquérito civil público é procedimento facultativo que visa colher elementos probatórios e informações para o ajuizamento de ação civil pública. 2. As provas colhidas no inquérito têm valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem ser afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório. 3. A prova colhida inquisitorialmente não se afasta por mera negativa, cabendo ao juiz, no seu livre convencimento, sopesá-las, observando as regras processuais pertinentes à distribuição do ônus da prova. 4. Recurso especial provido. (REsp 849.841/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 28/8/2007, DJ 11/9/2007, p. 216.)

(...) 3. O Ministério Público possui legitimidade para promover o inquérito civil, procedimento este que tem natureza preparatória da ação judicial, não lhes sendo inerentes os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. (...) (RMS 21.038/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 7/5/2009, DJe 1/6/2009)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Há nulidade na colheita de provas no âmbito do inquérito civil? Por quê?
- 2) A prova colhida inquisitorialmente pode ser afastada por mera negativa? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO III – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma revista eletrônica anunciou a publicação de artigo que revelaria o envolvimento de determinado político em um esquema de fraude de licitações, crime que estava sendo investigado pela Polícia Federal. Sabendo de tal fato, o político em questão requereu liminar para a proibição da publicação e retirada da matéria do sítio da revista na *Internet*, uma vez que a questão ainda estava sob investigação, devendo-se privilegiar a garantia de presunção de inocência e a proteção à imagem do acusado.

A partir da situação hipotética apresentada, discorra, de modo fundamentado, sobre os seguintes aspectos:

- 1 posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa;
- 2 possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão;
- 3 mecanismos usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 220 da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura a chamada liberdade de imprensa, também referida como liberdade de informação jornalística.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A posição paradigmática do STF a respeito do referido instituto foi exposta na ADPF 130 (min. Ayres Britto, Pleno, 30/4/2009), segundo a qual,

Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua exclusão, no sentido de que as

primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras.

Nesse contexto, embora a liberdade de imprensa deva ser sopesada em face dos demais direitos fundamentais, o STF rechaçou a chamada censura prévia de matérias jornalísticas, ainda que feita por ordem judicial.

Essa posição foi recentemente reforçada pelo STF, o qual cassou uma ordem judicial que determinava a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico.

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. 3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. 4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação. (STF, RCL 22.328, Rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, 6/3/2018.)

A liberdade de imprensa implica uma série de garantias, como a livre e plena manifestação do pensamento, sigilo da fonte e livre exercício. Essas prerrogativas são contrabalançadas, por outro lado, por obrigações como o direito à indenização por eventual dano material ou moral; a vedação ao anonimato; o direito de resposta; e a possível responsabilidade penal por calúnia, injúria ou difamação. Registra, ainda, o STF que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia.

Sobre o tema, confira-se a ementa da ADPF 130, *in verbis*:

PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO.

Segundo o STF, ainda no precedente da ADPF 130, haveria um núcleo duro da garantia à atividade

jornalística, o qual implicaria garantir que “quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja”, não cabendo ao Estado definir previamente o que pode ou não pode ser dito por indivíduos e jornalistas.

Dessa forma, entendeu o STF que a chamada “Lei de Imprensa” (Lei n.º 5.250/1967) não foi recepcionada, sendo aplicáveis as normas da legislação comum, como o Código Civil e Código Penal. Na hipótese de abuso pelo exercício do direito, podendo o autor ser responsabilizado civil e penalmente pelo que publicar. É igualmente assegurado o direito de resposta, exercitável para replicar ou retificar as informações da matéria, e que possui expressa índole constitucional (cf. inc. V do art. 5º da CF).

Contudo, restou vedada pelo STF a possibilidade de proferir uma decisão judicial para se proibir a publicação de uma matéria, ou determinar a sua retirada.

Sobre o tema, confira-se a Rcl 18.566 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 12/9/2014, dec. monocrática, DJE de 17/9/2014, e a Rcl 22.238, rel. min. Roberto Barroso, j. 6/3/2018, Primeira Turma, DJE de 10/5/2018.

Destaca-se, ainda, que o STF apontou que, respeitado o núcleo duro da garantia, a liberdade de imprensa encontraria limitação na própria CF, devendo ser observadas, entre outras, as seguintes garantias:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

De fato, a liberdade de imprensa não pode desconsiderar outros princípios constitucionais como os da presunção de inocência e proteção à imagem, como ocorre no caso concreto. Todavia, essa questão deve ser resolvida por meio do direito de resposta e da responsabilização civil e penal por eventual abuso, não por meio da censura prévia da publicação.

Cumprido destacar que o direito de resposta, além de ter índole constitucional, é igualmente protegido pela garantia da livre manifestação de pensamento. Ele deve ser assegurado de forma proporcional ao agravo e inclui o direito tanto de retificar informações como o de replicar e contra-argumentar as informações publicadas. Há de se ter em mente, ainda, que o direito de resposta não afasta, nem se confunde, com o direito de a parte prejudicada ser indenizada pelo dano causado por eventual abuso do jornalista ou veículo de imprensa.

Em síntese:

1 A posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa

É a que consta da ADPF 130, ou seja, a liberdade de imprensa é uma garantia constitucional, sendo considerada como um sobredireito, que serve como garantia, e um pressuposto para o exercício de todos os demais direitos constitucionais. Consta também que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia e que eventuais abusos devem ser combatidos *a posteriori*, devendo o Poder Judiciário garantir e permitir a livre manifestação da imprensa.

2 A possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão

A liberdade de imprensa possui um núcleo duro, que é a da possibilidade de publicar e falar o que se quiser, sem possibilidade de censura prévia por qualquer órgão estatal, inclusive o Poder Judiciário.

Assim, tratando-se de matéria jornalística divulgada por veículo da imprensa, como regra, não cabe ao Judiciário conceder liminar para impedir a sua publicação ou divulgação.

3 Os mecanismos que podem ser usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa

Eventuais abusos no exercício da atividade jornalística devem ser combatidos *a posteriori*, por meio do exercício do direito de resposta; do pagamento de indenização; e pela possibilidade de responsabilização civil e penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A Constituição Federal de 1988 admite a censura prévia por órgãos estatais?
- 2) Se houver abuso no exercício da liberdade de imprensa, quais são os mecanismos de responsabilização juridicamente disponíveis ao Poder Judiciário?
- 3) O jornalista pode ser penalmente responsabilizado pelo conteúdo de uma matéria jornalística?
- 4) Em que consiste o direito de resposta? Ele pode ser substituído por eventual indenização?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO III – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Após o devido processo administrativo disciplinar, foi aplicada a penalidade de demissão a um procurador de estado que determinava constantemente à assistente administrativa do seu setor a atribuição de distribuir processos e confeccionar pareceres. Em mandado de segurança, o tribunal de justiça, entendendo desproporcional e desarrazoada a sanção imposta, ainda que sem vícios formais, concedeu a segurança para anulação do ato e imediato retorno do procurador às atividades.

Com base no entendimento do STJ, esclareça, de forma justificada, se a concessão da segurança com anulação do ato, na situação hipotética apresentada, extrapola o controle pelo Poder Judiciário.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

4 Atividades da Administração Pública. Tipologia. Poder e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário (evolução conceitual, mérito, justificativa, campos de exercício, parâmetros, conceitos jurídicos indeterminados). Poder regulamentar. Poder normativo. Poder hierárquico. Poder disciplinar. 7 Processo Administrativo. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Tipologia. Fases. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações. *Reformatio in pejus*. Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. 15 Controle da Administração Pública. Tipologia. Controles internos. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. *Ombudsman*. Controle jurisdicional. Sistemas. Inafastabilidade. Inexigência de esgotamento da via administrativa. Alcance. Consequências. Administração em juízo. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Mandado de injunção. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública.

PADRÃO DE RESPOSTA

A concessão da segurança está de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não extrapolando o controle da administração pelo Poder Judiciário, uma vez que, por força dos princípios da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e culpabilidade, aplicáveis ao Regime Jurídico Disciplinar do Servidor Público, não há juízo de discricionariedade no ato administrativo que impõe sanção a servidor público em razão do cometimento de infração disciplinar, de sorte que o controle jurisdicional é amplo, não se limitando, portanto, somente aos aspectos formais.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGENTE ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE CEDIDO À ASSIMS. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO ACUSADO DE SE VALER DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PRÓPRIO. IMPUTAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA ESTABELECIDADA E DESVIO DE FUNÇÃO. PENA DE CASSAÇÃO DE

APOSENTADORIA. INCONTROVERSO QUE O SERVIDOR EXERCIA SUAS FUNÇÕES FORA DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, SEM CARGA HORÁRIA PREVIAMENTE FIXADA COM AUTORIZAÇÃO DAS AUTORIDADES QUE COMPÕEM O CONSELHO DE PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO. CONFIGURADA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA, CONFIRMANDO A LIMINAR DEFERIDA, PARA ANULAR A PENA DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA.

1. Por força dos princípios da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e culpabilidade, aplicáveis ao Regime Jurídico Disciplinar de Servidor Público e mesmo a qualquer relação jurídica de Direito Sancionador, não há juízo de discricionariedade no ato administrativo que impõe sanção a Servidor Público em razão do cometimento de infração disciplinar, de sorte que o controle jurisdicional é amplo, não se limitando, portanto, somente aos aspectos formais. 2. Não basta a demonstração da ocorrência de conduta tipificada como ilícita para que se imponha automaticamente a punição administrativa abstrata ao seu autor; a sancionabilidade, na hipótese, pressupõe a consciência do agente e sua intenção em usar de ardid para enganar a Administração e obter vantagem indevida, de sorte que a culpa *latu sensu* do administrado infrator tem de ser discutida e provada no curso do procedimento de apuração do ilícito. (...) 10. Revela-se, assim, desproporcional e desarrazoada a sanção de cassação de aposentadoria imposta ao impetrante, e, em decorrência disso, denota-se a ofensa ao princípio da proporcionalidade. 11. Segurança Concedida para anular a Portaria 2.592, de 21 de novembro de 2014, promovendo-se sua imediata reintegração. (MS 21.586/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 22/5/2019.)

2. É reconhecida a possibilidade jurídica do pedido do mandado de segurança impetrado contra ato de demissão de servidor público, pois ato administrativo que impõe a sanção disciplinar está vinculado aos princípios da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e culpabilidade. Assim, o controle jurisdicional é amplo e não se limita somente aos aspectos formais do procedimento. (MS 14.504/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 20/08/2013.)

1. No caso de demissão imposta a servidor público submetido a processo administrativo disciplinar, não há falar em juízo de conveniência e oportunidade da Administração, visando restringir a atuação do Poder Judiciário à análise dos aspectos formais do processo disciplinar. Nessas circunstâncias, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato demissório, pois trata-se de providência necessária à correta observância dos aludidos postulados. (MS 13.520/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 02/09/2013.)

Lei n.º 8.112/1990

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Há juízo de discricionariedade no ato praticado?
- 2) Há princípios que impedem o juízo de discricionariedade no ato praticado?
- 3) O controle jurisdicional é amplo? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO III – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

A escultora de determinada obra, produzida e vendida em razão de contrato celebrado com uma associação, propôs ação de indenização contra pessoa jurídica que havia fotografado essa obra e utilizado a foto como estampa em camisetas, comercializando-as ao público sem pedido de cessão de direitos autorais nem pagamento de direitos patrimoniais.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma justificada e com base no entendimento do STJ, se assiste razão à escultora, uma vez que a obra havia sido vendida à referida associação.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

25 Direitos autorais.

PADRÃO DE RESPOSTA

A escultora tem razão, porque os direitos do autor pertencem-lhe exclusivamente, cabendo-lhe utilizar, fruir e dispor da obra artística, de modo que a reprodução deveria ter sido autorizada prévia e expressamente pela autora ou pelo titular do direito. O fato de a obra ter sido vendida não retira da autora a prerrogativa de defender a sua criação, o que inclui auferir proveitos patrimoniais pela sua utilização e evitar utilização por terceiros, sob quaisquer modalidades, sem sua autorização prévia e expressa. Assim, configura-se a responsabilidade civil da pessoa jurídica que fotografou a obra e a utilizou como estampa em camisetas, comercializando-as ao público, o que enseja indenização.

(...) 3. A expressão artística é um direito individual, de modo que a reprodução da obra deve ser autorizada prévia e expressamente pelo autor ou titular do direito. Basta a reprodução total ou parcial da criação intelectual para que seja violado o direito autoral, sendo irrelevantes a quantidade (se um exemplar ou vários) e a finalidade (comercial ou não). (...) 5. Os direitos do autor pertencem exclusivamente a este, ao qual cabe utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica. 6. A aquisição derivada de direitos autorais somente ocorre por contrato escrito ou pelo falecimento do autor. 6.1. Os direitos patrimoniais do autor transferem-se por contratos escritos, comutativos e onerosos. Como os negócios jurídicos autorais devem ser interpretados restritivamente, considera-se não convencionado o que não constar expressamente do contrato celebrado entre as partes. 7. O fato de a obra ser vendida à pessoa física ou jurídica (de direito público ou privado) não retira do autor a prerrogativa de defender a sua criação, de auferir os proventos patrimoniais que a exposição de seu trabalho ao público venha a proporcionar, bem como de evitar possível utilização por terceiros, sob quaisquer modalidades, sem sua autorização prévia e expressa. 8. Uma vez incontroverso o nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o dano causado à particular, configura-se a responsabilidade civil objetiva por parte dos Correios, estes sem qualquer direito sobre a obra intelectual alheia, tornando-se indenizável a violação do direito autoral. Recurso especial improvido. (REsp 1422699/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 1/9/2015, DJe 24/9/2015.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A quem pertencem os direitos do autor?
- 2) Quais são as consequências do direito do autor?
- 3) A venda da obra retira do autor a prerrogativa de defender a sua criação? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma revista eletrônica anunciou a publicação de artigo que revelaria o envolvimento de determinado político em um esquema de fraude de licitações, crime que estava sendo investigado pela Polícia Federal. Sabendo de tal fato, o político em questão requereu liminar para a proibição da publicação e retirada da matéria do sítio da revista na *Internet*, uma vez que a questão ainda estava sob investigação, devendo-se privilegiar a garantia de presunção de inocência e a proteção à imagem do acusado.

A partir da situação hipotética apresentada, discorra, de modo fundamentado, sobre os seguintes aspectos:

- 1 posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa;
- 2 possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão;
- 3 mecanismos usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

14 Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 220 da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura a chamada liberdade de imprensa, também referida como liberdade de informação jornalística.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A posição paradigmática do STF a respeito do referido instituto foi exposta na ADPF 130 (min. Ayres Britto, Pleno, 30/4/2009), segundo a qual,

Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua exclusão, no sentido de que as

primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras.

Nesse contexto, embora a liberdade de imprensa deva ser sopesada em face dos demais direitos fundamentais, o STF rechaçou a chamada censura prévia de matérias jornalísticas, ainda que feita por ordem judicial.

Essa posição foi recentemente reforçada pelo STF, o qual cassou uma ordem judicial que determinava a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico.

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. 3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. 4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação. (STF, RCL 22.328, Rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, 6/3/2018.)

A liberdade de imprensa implica uma série de garantias, como a livre e plena manifestação do pensamento, sigilo da fonte e livre exercício. Essas prerrogativas são contrabalançadas, por outro lado, por obrigações como o direito à indenização por eventual dano material ou moral; a vedação ao anonimato; o direito de resposta; e a possível responsabilidade penal por calúnia, injúria ou difamação. Registra, ainda, o STF que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia.

Sobre o tema, confira-se a ementa da ADPF 130, *in verbis*:

PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO.

Segundo o STF, ainda no precedente da ADPF 130, haveria um núcleo duro da garantia à atividade

jornalística, o qual implicaria garantir que “quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja”, não cabendo ao Estado definir previamente o que pode ou não pode ser dito por indivíduos e jornalistas.

Dessa forma, entendeu o STF que a chamada “Lei de Imprensa” (Lei n.º 5.250/1967) não foi recepcionada, sendo aplicáveis as normas da legislação comum, como o Código Civil e Código Penal. Na hipótese de abuso pelo exercício do direito, podendo o autor ser responsabilizado civil e penalmente pelo que publicar. É igualmente assegurado o direito de resposta, exercitável para replicar ou retificar as informações da matéria, e que possui expressa índole constitucional (cf. inc. V do art. 5º da CF).

Contudo, restou vedada pelo STF a possibilidade de proferir uma decisão judicial para se proibir a publicação de uma matéria, ou determinar a sua retirada.

Sobre o tema, confira-se a Rcl 18.566 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 12/9/2014, dec. monocrática, DJE de 17/9/2014, e a Rcl 22.238, rel. min. Roberto Barroso, j. 6/3/2018, Primeira Turma, DJE de 10/5/2018.

Destaca-se, ainda, que o STF apontou que, respeitado o núcleo duro da garantia, a liberdade de imprensa encontraria limitação na própria CF, devendo ser observadas, entre outras, as seguintes garantias:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

De fato, a liberdade de imprensa não pode desconsiderar outros princípios constitucionais como os da presunção de inocência e proteção à imagem, como ocorre no caso concreto. Todavia, essa questão deve ser resolvida por meio do direito de resposta e da responsabilização civil e penal por eventual abuso, não por meio da censura prévia da publicação.

Cumprido destacar que o direito de resposta, além de ter índole constitucional, é igualmente protegido pela garantia da livre manifestação de pensamento. Ele deve ser assegurado de forma proporcional ao agravo e inclui o direito tanto de retificar informações como o de replicar e contra-argumentar as informações publicadas. Há de se ter em mente, ainda, que o direito de resposta não afasta, nem se confunde, com o direito de a parte prejudicada ser indenizada pelo dano causado por eventual abuso do jornalista ou veículo de imprensa.

Em síntese:

1 A posição do STF a respeito da liberdade de expressão dos veículos de imprensa

É a que consta da ADPF 130, ou seja, a liberdade de imprensa é uma garantia constitucional, sendo considerada como um sobredireito, que serve como garantia, e um pressuposto para o exercício de todos os demais direitos constitucionais. Consta também que há uma relação de mútua causalidade entre liberdade de imprensa e democracia e que eventuais abusos devem ser combatidos *a posteriori*, devendo o Poder Judiciário garantir e permitir a livre manifestação da imprensa.

2 A possibilidade de o Poder Judiciário conceder uma liminar para suspender a matéria jornalística em questão

A liberdade de imprensa possui um núcleo duro, que é a da possibilidade de publicar e falar o que se quiser, sem possibilidade de censura prévia por qualquer órgão estatal, inclusive o Poder Judiciário.

Assim, tratando-se de matéria jornalística divulgada por veículo da imprensa, como regra, não cabe ao Judiciário conceder liminar para impedir a sua publicação ou divulgação.

3 Os mecanismos que podem ser usados pelo Poder Judiciário em caso de eventual abuso no exercício da liberdade de imprensa

Eventuais abusos no exercício da atividade jornalística devem ser combatidos *a posteriori*, por meio do exercício do direito de resposta; do pagamento de indenização; e pela possibilidade de responsabilização civil e penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A Constituição Federal de 1988 admite a censura prévia por órgãos estatais?
- 2) Se houver abuso no exercício da liberdade de imprensa, quais são os mecanismos de responsabilização juridicamente disponíveis ao Poder Judiciário?
- 3) O jornalista pode ser penalmente responsabilizado pelo conteúdo de uma matéria jornalística?
- 4) Em que consiste o direito de resposta? Ele pode ser substituído por eventual indenização?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO IV – DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado estado editou lei prevendo que os contribuintes inscritos em dívida ativa somente serão autorizados a imprimir um novo talonário de nota fiscal se apresentarem garantia idônea para cobrir o valor inscrito.

A partir dessa situação hipotética, atenda, fundamentadamente, ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre a dívida ativa, apontando os requisitos para sua inscrição bem como os efeitos decorrentes dessa inscrição.
- 2 Comente acerca da constitucionalidade da lei indicada na situação hipotética.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

17 Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Dívida ativa, requisitos para a sua inscrição e efeitos decorrentes dessa inscrição

A dívida ativa é regulada pelos artigos 201 e 204 do Código Tributário Nacional (CTN), pela Lei de Execução Fiscal (LEF) e pela Lei n.º 4.320/1964.

CTN

Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II – a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III – a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV – a data em que foi inscrita;

V – sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterà, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela

decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

LEF

Art. 2º Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1º Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei às entidades de que trata o artigo 1º, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.

[...]

Art. 3º A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

Lei n.º 4.320/1964

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.735, de 1979)

§ 1º Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.735, de 1979)

§ 2º Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais. (Incluído pelo Decreto-lei n.º 1.735, de 1979)

Dessa forma, entende-se por dívida ativa tributária o crédito tributário da fazenda pública, definitivamente constituído e já vencido, o qual foi regularmente inscrito na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado para o pagamento e após ter sido apurada a liquidez e certeza dessa dívida.

Para que uma dívida seja inscrita na dívida ativa é necessário não só que já tenha havido o lançamento, mas também que o crédito tributário tenha sido definitivamente constituído. Em outras palavras, o crédito tributário não pode estar mais sujeito a recurso ou impugnação na via administrativa. Além disso, é necessária a ausência de pagamento.

A inscrição em dívida ativa também pode ser feita na hipótese em que tenha havido a declaração ou confissão da dívida pelo próprio contribuinte, se ele não efetivar o pagamento tempestivo.

O principal efeito da inscrição em dívida ativa é que os créditos inscritos passam a gozar da presunção de certeza e liquidez, servindo de prova pré-constituída, ainda que a sua presunção de veracidade e legitimidade seja relativa.

Outro efeito é que a alienação ou oneração de bens ou rendas, se efetuada após a inscrição em dívida ativa, é presumida como fraudulenta, nos termos do art. 185 do CTN.

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu

começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Nesse caso, o negócio jurídico poderá ser declarado ineficaz, na hipótese em que o devedor não tenha reservado bens suficientes ao pagamento do crédito tributário inscrito em dívida ativa, o que pode configurar fraude à execução.

2 Constitucionalidade da lei indicada na situação hipotética

A negativa do poder público de autorizar a emissão de nota fiscal para o contribuinte devedor de tributo é um claro exemplo de sanção política. Sem o talonário de nota fiscal, o contribuinte acaba impedido de exercer a sua atividade econômica.

O tema já foi especificamente analisado pelo STF em sede de repercussão geral.

A leitura conjunta dessas normas revela que o preceito legal impugnado neste recurso – o parágrafo único do citado artigo 42 – permite à Administração Tributária condicionar a autorização de impressão de notas fiscais, em caso de contribuinte devedor do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, à prestação de fiança, garantia real ou outra fidejussória, equivalente ao débito estimado do tributo relativo ao período subsequente de seis meses de operações mercantis presumidas. Em outras palavras, o sujeito passivo é obrigado a apresentar garantia em virtude de débitos passados, mas calculada tendo em conta débitos futuros, incertos quanto à ocorrência e ao montante.

Essas normas vinculam a continuidade da atividade econômica do contribuinte em mora ao oferecimento de garantias ou ao pagamento prévio do devido a título de tributo. Ante a impossibilidade de impressão de talonário de notas fiscais, salvo garantia prevista com base em débitos ainda não existentes, o contribuinte encontra-se coagido a quitar a pendência sem mais poder questionar o passivo, sob pena de encerrar as atividades.

Trata-se de providência restritiva de direito, complicadora ou mesmo impeditiva da atividade empresarial do contribuinte para forçá-lo a adimplir. Não passa de falácia, sem prejuízo da irracionalidade, o argumento de garantia de débitos vincendos. A garantia em favor do futuro, como é traço comum dessas medidas restritivas, consubstancia mero pretexto para cobrar o tributo passado.

[...]

São práticas sancionatórias, limitadoras, em excesso, das atividades econômicas e profissionais dos contribuintes, desafiadoras de liberdades fundamentais consagradas na Carta Maior, por meio das quais o Estado se afasta do meio legítimo estabelecido pela ordem jurídica para cobrar tributos – a ação de execução fiscal. Então, em face desse quadro de afronta ao Texto Constitucional, as normas gáuchas devem ser julgadas sob o ângulo do conflito com o direito fundamental de livre iniciativa e com o devido processo legal. Diante de tais parâmetros, a inconstitucionalidade apresenta-se manifesta. (STF, RE 565.048 RG, min. Marco Aurélio, Pleno, 21/2/2008)

Em conclusão de julgamento, assim completou o STF no precedente acima, nos termos da ementa do julgamento:

TRIBUTO – ARRECADAÇÃO – SANÇÃO POLÍTICA.

Discrepa, a mais não poder, da Carta Federal a sanção política objetivando a cobrança de tributos – Verbetes nº 70, 323 e 547 da Súmula do Supremo.

TRIBUTO – DÉBITO – NOTAS FISCAIS – CAUÇÃO – SANÇÃO POLÍTICA – IMPROPRIEDADE.

Consubstancia sanção política visando o recolhimento de tributo condicionar a expedição de notas fiscais a fiança, garantia real ou fidejussória por parte do contribuinte.

No mesmo sentido existem os seguintes precedentes, todos do STF: RE 413782, min. Marco Aurélio,

Pleno, 17/3/2005; ARE 917191 AgR, min. Roberto Barroso, 28/6/2016; ARE 914.564 AgR, min. Cármen Lúcia, 17/11/2015.

A proibição de emissão de novo talonário de notas fiscais, como exposto na situação hipotética, viola, primeiramente, os artigos 5º, inciso XIII, e 170 da CF, por implicar uma limitação ilegítima ao livre exercício da atividade profissional e econômica.

Art. 5º [...]

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Em segundo lugar, o uso de sanções políticas implica violação ao devido processo legal substantivo, consoante o inciso LIV do art. 5º da CF, diante da falta de proporcionalidade e razoabilidade no uso de medidas gravosas que se dispõem a substituir os mecanismos de cobrança de créditos tributários. Viola, também, o devido processo legal, no seu sentido processual, uma vez que o processo legítimo de cobrança do crédito tributário se dá por meio da execução fiscal.

Portanto, à luz da jurisprudência do STF, a norma em apreço seria inconstitucional.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Os créditos tributários inscritos em dívida ativa gozam de algum tipo de presunção?
- 2) De acordo com a jurisprudência do STF, a lei em exame seria inconstitucional?
- 3) Segundo os precedentes do STF, o simples fato de o fisco não autorizar a impressão de talonário de notas fiscais seria uma violação à liberdade econômica?
- 4) A lei referida na situação hipotética está em conflito com quais dispositivos constitucionais?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO IV – DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Agente público foi denunciado pela prática de crime contra a administração pública, por ter recebido anualmente, durante cinco anos, no exercício da função, vultuosa quantia para conceder alvarás de funcionamento a determinado estabelecimento comercial. Em sua defesa, entre os argumentos apresentados, alegou tratar-se de continuidade delitiva, pois seriam crimes da mesma espécie e teriam sido praticados nas mesmas condições de tempo e modo de execução.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, responda, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual o conceito legal de crime continuado? Os argumentos apresentados pela defesa devem ser acolhidos pelo magistrado?
- 2 Há previsão legal expressa a respeito do intervalo temporal necessário ao reconhecimento da continuidade delitiva? Qual é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre esse tema?
- 3 Se, no intervalo temporal dos crimes, houver edição de lei mais gravosa, ela será aplicada? Qual é o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre esse assunto?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. 14 Concurso de crimes. 32 Crimes contra a administração pública. 53. Súmulas do STF e do STJ.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Dá-se o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, mediante duas ou mais condutas, os quais, pelas condições de tempo, lugar, modo de execução e outras, podem ser tidos uns como continuação dos outros. Trata-se de uma ficção jurídica para concluir que as demais ações subsequentes são, na verdade, continuação do primeiro crime, existindo um crime só. Embora não haja previsão expressa em relação ao lapso temporal entre as condutas, o magistrado não deve acolher a tese e reconhecer a existência de concurso material, previsto no art. 69 do Código Penal.

2 O art. 71 do Código Penal não traz previsão expressa do lapso temporal que caracterize a continuidade delitiva, então a análise dos requisitos ficará a critério do magistrado, que deverá decidir de forma fundamentada sobre a existência ou não do crime continuado.

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, o lapso temporal para a configuração do crime continuado não pode exceder 30 dias: “O art. 71, *caput*, do Código Penal não delimita o intervalo de tempo necessário ao reconhecimento da continuidade delitiva. Esta Corte não admite, porém, a incidência do instituto

quando as condutas criminosas foram cometidas em lapso superior a trinta dias.” (AgRg no REsp 1.747.1309/RS, j. 13/12/2018).

A regra, no entanto, não é absoluta. O próprio STJ admite que o juiz analise as circunstâncias do caso concreto e, se cabível, reconheça a continuidade, mesmo diante de intervalos maiores que 30 dias: “Embora para reconhecimento da continuidade delitiva se exija o não distanciamento temporal das condutas, em regra no período não superior a trinta dias, conforme precedentes da Corte, excepcional vinculação entre as condutas permite maior elastério no tempo” (AgRg no REsp 1.345.274/SC, DJe 12/4/2018).

3 A despeito da premissa de irretroatividade da lei penal mais gravosa ao réu, o STF editou a Súmula n.º 711, que reconhece a aplicação da lei penal mais severa ao crime continuado quando a sua vigência é anterior à cessação da continuidade delitiva; isso porque há uma renovação de consumação que se protraí no tempo até que cesse a conduta.

Súmula n.º 711 do STF: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.”.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Considerando o conceito de crime continuado, o magistrado deve acolher a tese de defesa e considerar a continuidade delitiva ou outro concurso de crime? Por quê?
- 2) Havendo um marco temporal que delimite a prática dos crimes, reconhecido pelos tribunais superiores, o magistrado poderá desconsiderar esse lapso de tempo? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO I – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Em razão de haver várias medidas provisórias editadas e não apreciadas após o prazo de 45 dias, contados da data da publicação, a pauta deliberativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi interrompida. Nesse período, o presidente do Congresso Nacional colocou em votação a proposta de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), ato que foi objeto de mandado de segurança por um grupo de parlamentares.

Diante dessa situação hipotética, responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- 1 O Supremo Tribunal Federal pode fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em fase de elaboração?
- 2 O referido sobrestamento de matérias deliberativas impediria a votação de uma proposta de emenda constitucional?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências. Congresso Nacional. Processo legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional. Imunidades parlamentares. Orçamento e fiscalização orçamentária. Tribunais de Contas. 9 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 21 Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política Urbana. Tributação e orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Possibilidade de o STF fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em tese

De fato, a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um conjunto de regras para a elaboração válida de uma norma, aspecto esse comumente designado de processo legislativo. Esses requisitos dizem respeito aos requisitos subjetivos, como a questão do vício de iniciativa, e aos requisitos objetivos, que dizem respeito às demais regras de tramitação de uma proposição legislativa, como quórum de aprovação e critérios de votação.

Uma norma que seja aprovada com inobservância aos requisitos subjetivos ou objetivos do processo legislativo deve ser considerada formalmente inconstitucional, desafiando o chamado controle de constitucionalidade.

Classicamente, o **Poder Judiciário** realiza o controle **repressivo** de constitucionalidade, cabendo aos Poderes **Executivo e Legislativo** a primazia do controle **preventivo**.

Contudo, como exceção, admite a jurisprudência do STF o controle de constitucionalidade em relação aos **requisitos formais**. Nesse caso, o parlamentar, e somente ele, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança “com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda

constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (STF, MS 24.667, min. Carlos Velloso, Pleno, DJ de 23/4/2004).

Sobre o tema da inviabilidade do controle de constitucionalidade preventivo para verificação de requisitos materiais pelo Poder Judiciário, confira-se *in verbis* o seguinte precedente do STF.

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE.

1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não. 2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança. 3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificção plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apor-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico. 4. Mandado de segurança indeferido.

No caso concreto, trata-se de uma hipótese de controle de constitucionalidade preventivo, pois a norma ainda estava em fase de elaboração. Na situação apresentada, o ato do presidente do Congresso Nacional foi questionado por meio de mandado de segurança impetrado por um grupo de parlamentares. Essa é exatamente a hipótese excepcional admitida pelo STF. Contudo, nesse caso, por se tratar de controle preventivo, caberá ao STF examinar, tão somente, os aspectos formais de constitucionalidade da norma.

2 Possibilidade de o referido sobrestamento de matérias deliberativas impedir a votação de uma proposta de emenda constitucional

A discussão jurídica apresentada na situação hipotética depende da interpretação a ser dada ao § 6.º do art. 62 da CF.

Art. 62 [...]

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Interpretando-se o dispositivo acima em sua literalidade, enquanto houver uma medida provisória em regime de urgência pendente de votação, todas as deliberações da respectiva Casa parlamentar deveriam ser

sobrestadas. Logo, não poderia o presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ter colocado em votação uma proposta de emenda constitucional antes de destrancar a pauta e votar a medida em questão.

Contudo, essa **não é a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal**. Segundo o STF, o supracitado dispositivo deve ser interpretado de forma restritiva.

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Celso de Mello (Relator), indeferiu o mandado de segurança e deu, ao § 6º do art. 62 da Constituição, na redação resultante da EC 32/2001, interpretação conforme à Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese, em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado entendimento de que o regime de urgência previsto em tal dispositivo constitucional – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – refere-se, tão somente, àquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória, excluídos, em consequência, do bloqueio imposto pelo mencionado § 6º do art. 62 da Lei Fundamental, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, tratando-se de projetos de lei ordinária, aqueles que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias (CF, art. 62, § 1º, I, II e IV). Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente o Ministro Ricardo Lewandowski, participando do Seminário de Verão 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 29.6.2017. (STF, MS 27931, Rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 29/6/2017)

A questão foi assim explicada no Informativo n.º 870:

Interpretação do art. 62, § 6º, da CF e limitação do sobrestamento.

O Supremo Tribunal Federal, em conclusão de julgamento e por maioria, denegou a ordem em mandado de segurança impetrado por parlamentares contra decisão do presidente da Câmara dos Deputados em questão de ordem. No ato coator, foi fixada a orientação de que a interpretação adequada do art. 62, § 6º, da Constituição Federal (CF) implicaria o sobrestamento apenas dos projetos de lei ordinária, apesar de o dispositivo prever o sobrestamento de todas as deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando medida provisória não seja apreciada em 45 dias (vide Informativos 572 e 778).

O Colegiado entendeu que a interpretação emanada do presidente da Câmara dos Deputados reflete, com fidelidade, solução jurídica plenamente compatível com o modelo teórico da separação de poderes. Tal interpretação revela fórmula hermenêutica capaz de assegurar, por meio da preservação de adequada relação de equilíbrio entre instâncias governamentais (o Poder Executivo e o Poder Legislativo), a própria integridade da cláusula pertinente à divisão do poder.

Nesse contexto, deu interpretação conforme ao § 6º do art. 62 da CF, na redação resultante da Emenda Constitucional 32/2001, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese. Assim, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, fixou-se entendimento de que o regime de urgência previsto no referido dispositivo constitucional — que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional — refere-se apenas às matérias passíveis de regramento por medida provisória. Excluem-se do bloqueio, em consequência, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, de lei ordinária, desde que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias [CF, art. 62, § 1º, I, II e IV].

Nesse contexto, não são todas as deliberações que são suspensas. Apenas as matérias que podem ser objeto de medida provisória ficam sobrestadas.

Esse regime de urgência não impede que a Casa parlamentar delibere e vote sobre propostas de emenda constitucional, lei complementares, decretos legislativos, resoluções e leis ordinárias relativas à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.

Como, no caso em tela, o presidente da Câmara dos Deputados colocou em votação a proposta da LDO, cuja matéria não pode ser tratada por medida provisória, não há que se falar em necessidade de sobrestamento.

Isso posto, conforme a posição majoritária do STF, não subsiste a alegação de inconstitucionalidade formal da votação da norma em apreço, não havendo motivo jurídico para a concessão do mandado de segurança na hipótese apresentada.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Em relação às normas ainda em fase de formação, a jurisprudência do STF admite alguma hipótese de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário?
- 2) No caso apresentado, o STF admite que a questão seja submetida ao Poder Judiciário por meio de mandado de segurança?
- 3) Segundo o STF, quando uma medida provisória entra em regime de urgência, suspende-se a votação de todo e qualquer ato normativo?
- 4) Na situação apresentada, o presidente da Câmara dos Deputados agiu corretamente ao colocar em votação a proposta de LDO?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO I – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Após determinado imóvel ter sido dado em garantia hipotecária, foram realizadas benfeitorias úteis pelo locatário que nele residia com a sua família.

Com relação a essa situação hipotética, responda, de forma justificada e com base no entendimento do STJ, se, executado o direito de garantia, os efeitos da hipoteca serão estendidos às benfeitorias realizadas pelo locatário ou se este pode exercer direito de retenção.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

19 Direitos reais de garantia. Características. Princípios. Penhor, hipoteca e anticrese.

PADRÃO DE RESPOSTA

O princípio da especialização, segundo o qual é imprescindível a descrição pormenorizada de bens imóveis dados em garantia hipotecária, não impede a extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias que neles venham a ser incorporadas posteriormente à instituição do gravame. Admitir que terceiros possam exercer direito de retenção sobre benfeitorias erguidas em imóveis dados em hipoteca equivaleria a retirar a eficácia do próprio direito real de garantia. Eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, não sendo oponível ao titular do direito real de garantia.

(...) 2. O princípio da especialização, segundo o qual é imprescindível a descrição pormenorizada de bens imóveis dados em garantia hipotecária, não impede a extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias que neles venham a ser incorporadas. 3. Irrelevância do fato de se incorporarem as benfeitorias posteriormente à instituição do gravame ou mesmo de não haver nenhuma menção a elas no termo constitutivo da hipoteca. 4. Eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, não sendo oponível ao titular do direito real de garantia. 5. Admitir que terceiros possam exercer direito de retenção sobre benfeitorias erguidas em imóveis dados em hipoteca equivaleria a retirar a eficácia do próprio direito real de garantia e a tornar letra morta a disposição contida no art. 1.474 do Código Civil. 6. Recurso especial não provido. (REsp 1361214/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 6/12/2018.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Qual é a função do princípio da especialização na constituição da garantia hipotecária?
- 2) Há extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias?
- 3) Pode ser exercido direito de retenção sobre as benfeitorias? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO I – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 3

Discorra sobre os seguintes aspectos, relativos aos recursos no processo penal brasileiro:

- 1 os seus requisitos de admissibilidade;
- 2 juízo de prelibação e seus efeitos;
- 3 classificação dos efeitos dos recursos.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

20 Recursos em geral.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 São requisitos de admissibilidade dos recursos penais: o cabimento, a tempestividade, a regularidade formal, a legitimidade, o interesse e o prequestionamento nos recursos de natureza extraordinária e especial.

Em relação ao prequestionamento como requisito de admissibilidade recursal, a jurisprudência dos tribunais superiores já consagrou entendimento de que, sem o prequestionamento da matéria, o recurso não será admitido.

RECURSOS DE CARÁTER EXTRAORDINÁRIO – REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO. O prequestionamento da questão suscitada constitui requisito de recorribilidade alusivo aos recursos de natureza extraordinária. PROVA – CONTRADITÓRIO – ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Surge harmônica com o direito decisão que remete a depoimento prestado na fase pré-processual e faz-se lastreada em elementos submetidos ao contraditório. (HC 149014, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 14/5/2019, Processo Eletrônico DJe-110, divulgado em 24/5/2019, publicado em 27/5/2019.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUSPEIÇÃO DO RELATOR. ART. 274 DO RISTJ. MATÉRIA PRECLUSA. OFENSA AOS ARTS. 158, 184 E 514 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. DATA DA PRÁTICA DO ATO ILÍCITO. SÚMULA 7/STJ. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DOSIMETRIA PENAL. DESPROPORCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. No que toca à suscitada incompetência absoluta da 31.^a Vara da Justiça Federal para processar e julgar o presente feito criminal, com a conseqüente anulação de atos do processo, verifica-se que essa questão não foi arguida oportunamente pela parte, de modo que não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, faltando-lhe, assim, o requisito indispensável do prequestionamento. Ressalta-se, por oportuno, que “o prequestionamento de teses jurídicas constitui requisito imprescindível para admissibilidade de recurso especial, mesmo quando se tratar de matéria de ordem pública, sob pena de indevida supressão de um dos graus de jurisdição” (AgRg no

AREsp 298.957/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018). (...) 9. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1476284/PE, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1/7/2019.)

2 O juízo de prelibação é também denominado juízo de admissibilidade do recurso. É realizado inicialmente pelo próprio órgão prolator da decisão atacada. O juízo de prelibação não tem efeito vinculativo, apenas declaratório e, portanto, não vincula a instância superior a quem é direcionado.

Juízo de prelibação é o exame de admissibilidade realizado nos recursos, antes do juízo de seu mérito. É a aferição do preenchimento dos pressupostos recursais pelo impetrante. Preenchidos os requisitos, o recurso é admitido.

3 São efeitos não cumulativos dos recursos no processo penal:

1) DEVOLUTIVO, que se subdivide em:

- a) efeito devolutivo em sentido amplo**, que é o efeito comum a todos os recursos, em que há a transferência do conhecimento da matéria recorrida, tanto à instância superior como, eventualmente, à própria instância que proferiu a decisão (por exemplo, no caso de embargos de declaração);
- b) efeito devolutivo em sentido estrito**, que existe nos recursos em que se reexamina o mérito, como na apelação e na revisão, e não nos demais, em que pode ser examinada apenas uma questão processual (recurso em sentido estrito).

2) SUSPENSIVO: aquele que suspende a eficácia da decisão, que não poderá ser executada até que ocorra do julgamento do recurso. As hipóteses de efeito suspensivo aos recursos devem estar expressamente previstas em lei. No processo penal, três recursos possuem expressamente o efeito suspensivo. São eles: recurso em sentido estrito (RESE), agravo em execução e carta testemunhável.

3) EXTENSIVO: está previsto no artigo 580 do Código de Processo Penal: “No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.”. Trata-se de uma exceção ao princípio da personalidade do recurso.

4) REGRESSIVO (ITERATIVO ou DIFERIDO): é o juízo de retratação possibilitado ao prolator da decisão, que pode alterá-la ou revogá-la inteiramente, quando se trata de determinadas impugnações, como no caso de recurso em sentido estrito (art. 589) e nos embargos de declaração; portanto, trata-se de possibilidades de retratação pelo juízo a quo, aquele que proferiu a sentença.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Qual é o entendimento dos tribunais superiores a respeito do prequestionamento nos recursos de natureza extraordinária e especial?
- 2) Em qual momento é realizado o juízo de prelibação?
- 3) O juízo de prelibação do juízo de origem vincula a instância superior à qual o recurso é destinado? Por quê?
- 4) Os efeitos são cumulativos e aplicáveis de forma geral a todos os recursos? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO II – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Em razão de haver várias medidas provisórias editadas e não apreciadas após o prazo de 45 dias, contados da data da publicação, a pauta deliberativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi interrompida. Nesse período, o presidente do Congresso Nacional colocou em votação a proposta de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), ato que foi objeto de mandado de segurança por um grupo de parlamentares.

Diante dessa situação hipotética, responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- 1 O Supremo Tribunal Federal pode fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em fase de elaboração?
- 2 O referido sobrestamento de matérias deliberativas impediria a votação de uma proposta de emenda constitucional?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências. Congresso Nacional. Processo legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional. Imunidades parlamentares. Orçamento e fiscalização orçamentária. Tribunais de Contas. 9 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 21 Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política Urbana. Tributação e orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Possibilidade de o STF fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em tese

De fato, a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um conjunto de regras para a elaboração válida de uma norma, aspecto esse comumente designado de processo legislativo. Esses requisitos dizem respeito aos requisitos subjetivos, como a questão do vício de iniciativa, e aos requisitos objetivos, que dizem respeito às demais regras de tramitação de uma proposição legislativa, como quórum de aprovação e critérios de votação.

Uma norma que seja aprovada com inobservância aos requisitos subjetivos ou objetivos do processo legislativo deve ser considerada formalmente inconstitucional, desafiando o chamado controle de constitucionalidade.

Classicamente, o **Poder Judiciário** realiza o controle **repressivo** de constitucionalidade, cabendo aos Poderes **Executivo e Legislativo** a primazia do controle **preventivo**.

Contudo, como exceção, admite a jurisprudência do STF o controle de constitucionalidade em relação aos **requisitos formais**. Nesse caso, o parlamentar, e somente ele, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança “com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda

constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (STF, MS 24.667, min. Carlos Velloso, Pleno, DJ de 23/4/2004).

Sobre o tema da inviabilidade do controle de constitucionalidade preventivo para verificação de requisitos materiais pelo Poder Judiciário, confira-se *in verbis* o seguinte precedente do STF.

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE.

1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não. 2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança. 3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificção plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apor-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico. 4. Mandado de segurança indeferido.

No caso concreto, trata-se de uma hipótese de controle de constitucionalidade preventivo, pois a norma ainda estava em fase de elaboração. Na situação apresentada, o ato do presidente do Congresso Nacional foi questionado por meio de mandado de segurança impetrado por um grupo de parlamentares. Essa é exatamente a hipótese excepcional admitida pelo STF. Contudo, nesse caso, por se tratar de controle preventivo, caberá ao STF examinar, tão somente, os aspectos formais de constitucionalidade da norma.

2 Possibilidade de o referido sobrestamento de matérias deliberativas impedir a votação de uma proposta de emenda constitucional

A discussão jurídica apresentada na situação hipotética depende da interpretação a ser dada ao § 6.º do art. 62 da CF.

Art. 62 [...]

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Interpretando-se o dispositivo acima em sua literalidade, enquanto houver uma medida provisória em regime de urgência pendente de votação, todas as deliberações da respectiva Casa parlamentar deveriam ser

sobrestadas. Logo, não poderia o presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ter colocado em votação uma proposta de emenda constitucional antes de destrancar a pauta e votar a medida em questão.

Contudo, essa **não é a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal**. Segundo o STF, o supracitado dispositivo deve ser interpretado de forma restritiva.

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Celso de Mello (Relator), indeferiu o mandado de segurança e deu, ao § 6º do art. 62 da Constituição, na redação resultante da EC 32/2001, interpretação conforme à Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese, em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado entendimento de que o regime de urgência previsto em tal dispositivo constitucional – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – refere-se, tão somente, àquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória, excluídos, em consequência, do bloqueio imposto pelo mencionado § 6º do art. 62 da Lei Fundamental, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, tratando-se de projetos de lei ordinária, aqueles que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias (CF, art. 62, § 1º, I, II e IV). Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente o Ministro Ricardo Lewandowski, participando do Seminário de Verão 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 29.6.2017. (STF, MS 27931, Rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 29/6/2017)

A questão foi assim explicada no Informativo n.º 870:

Interpretação do art. 62, § 6º, da CF e limitação do sobrestamento.

O Supremo Tribunal Federal, em conclusão de julgamento e por maioria, denegou a ordem em mandado de segurança impetrado por parlamentares contra decisão do presidente da Câmara dos Deputados em questão de ordem. No ato coator, foi fixada a orientação de que a interpretação adequada do art. 62, § 6º, da Constituição Federal (CF) implicaria o sobrestamento apenas dos projetos de lei ordinária, apesar de o dispositivo prever o sobrestamento de todas as deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando medida provisória não seja apreciada em 45 dias (vide Informativos 572 e 778).

O Colegiado entendeu que a interpretação emanada do presidente da Câmara dos Deputados reflete, com fidelidade, solução jurídica plenamente compatível com o modelo teórico da separação de poderes. Tal interpretação revela fórmula hermenêutica capaz de assegurar, por meio da preservação de adequada relação de equilíbrio entre instâncias governamentais (o Poder Executivo e o Poder Legislativo), a própria integridade da cláusula pertinente à divisão do poder.

Nesse contexto, deu interpretação conforme ao § 6º do art. 62 da CF, na redação resultante da Emenda Constitucional 32/2001, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese. Assim, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, fixou-se entendimento de que o regime de urgência previsto no referido dispositivo constitucional — que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional — refere-se apenas às matérias passíveis de regramento por medida provisória. Excluem-se do bloqueio, em consequência, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, de lei ordinária, desde que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias [CF, art. 62, § 1º, I, II e IV].

Nesse contexto, não são todas as deliberações que são suspensas. Apenas as matérias que podem ser objeto de medida provisória ficam sobrestadas.

Esse regime de urgência não impede que a Casa parlamentar delibere e vote sobre propostas de emenda constitucional, lei complementares, decretos legislativos, resoluções e leis ordinárias relativas à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.

Como, no caso em tela, o presidente da Câmara dos Deputados colocou em votação a proposta da LDO, cuja matéria não pode ser tratada por medida provisória, não há que se falar em necessidade de sobrestamento.

Isso posto, conforme a posição majoritária do STF, não subsiste a alegação de inconstitucionalidade formal da votação da norma em apreço, não havendo motivo jurídico para a concessão do mandado de segurança na hipótese apresentada.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Em relação às normas ainda em fase de formação, a jurisprudência do STF admite alguma hipótese de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário?
- 2) No caso apresentado, o STF admite que a questão seja submetida ao Poder Judiciário por meio de mandado de segurança?
- 3) Segundo o STF, quando uma medida provisória entra em regime de urgência, suspende-se a votação de todo e qualquer ato normativo?
- 4) Na situação apresentada, o presidente da Câmara dos Deputados agiu corretamente ao colocar em votação a proposta de LDO?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO II – DIREITO PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Quatro indivíduos foram presos no momento em que se preparavam para roubar uma agência bancária. Juntamente com eles foram apreendidas diversas armas de fogo de uso permitido e restrito, além de vasta munição de grosso calibre e dois veículos, furtados dias antes, conforme registro de ocorrência policial. Os indivíduos narraram à autoridade policial que todos eles, atuando em conjunto, realizaram diversos outros roubos a bancos e que contavam, ainda, com a colaboração de terceiros, que furtavam os veículos utilizados na empreitada criminosa.

A partir dessa situação hipotética, atenda ao que se pede a seguir, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- 1 Conceitue conflito aparente de normas, esclarecendo se há algum conflito aparente de normas entre os crimes de quadrilha armada e porte ilegal de arma de fogo.
- 2 Responda se há algum concurso de crimes nas condutas narradas na situação hipotética.
- 3 Discorra sobre concurso material homogêneo e heterogêneo e indique a solução legal para cada um deles.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. 14 Concurso de crimes. 25 Crimes contra o patrimônio. 30 Crimes contra a paz pública. 40 Lei n.º 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 O conflito aparente de normas penais ocorre quando há duas ou mais normas incriminadoras tipificando o mesmo fato, porém apenas uma será aplicada à hipótese. No caso hipotético, não há nenhum conflito de normas, pois os crimes possuem autonomia jurídica e não existe relação de dependência ou de subordinação entre as espécies delituosas. Nesse sentido já decidiu o STF.

“*HABEAS CORPUS*” – PORTE DE ARMA DE FOGO – CONCURSO MATERIAL COM O DELITO DE QUADRILHA ARMADA (CÓDIGO PENAL, ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO) – CRIMES QUE POSSUEM AUTONOMIA JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TAIS ESPÉCIES DELITUOSAS – INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONFLITO APARENTE DE NORMAS – PEDIDO INDEFERIDO. A prática dos delitos de quadrilha ou bando armado e de porte ilegal de armas faz instaurar típica hipótese caracterizadora de concurso material de crimes, eis que as infrações penais

tipificadas no parágrafo único do art. 288 do Código Penal e no art. 10, § 2º, da Lei nº 9.437/97, por se revestirem de autonomia jurídica e por tutelarem bens jurídicos diversos (a paz pública, de um lado, e a incolumidade pública, de outro), impedem a aplicação, a tais ilícitos, do princípio da consunção (“*major absorbet minorem*”). (RHC 83447/SP – São Paulo. Recurso em *habeas corpus*. Relator Min. Celso de Mello. Órgão julgador: Segunda Turma. Julgado em 17/2/2004. Publicado em 26/11/2004.).

2 De acordo com a situação hipotética, houve concurso material de crimes, previsto no art. 69 do Código Penal, pois os agentes praticaram, mediante mais de uma ação, crimes não idênticos. São eles: porte ilegal de arma de fogo e de munição de uso permitido e restrito, quadrilha armada (cf. parágrafo único do art. 288 do Código Penal) e furto (cf. art. 155 do Código Penal). Não houve tentativa de roubo, uma vez que os agentes não iniciaram a execução da conduta, limitando-se aos atos preparatórios.

3 O concurso material homogêneo está previsto na primeira parte do art. 69 do Código Penal, ocorrendo quando o agente pratica dois crimes idênticos. O concurso material heterogêneo ocorre quando o agente pratica crimes não idênticos. A solução para ambos é a cumulação das penas, após cada uma delas estar fundamentadamente motivada e individualizada, nos termos do art. 59 do Código Penal.

Havendo crimes com pena de reclusão e detenção, a primeira a ser executada será a de reclusão, e não poderá haver somatório. Havendo identidade de penas, o regime inicial será fixado de acordo com o somatório delas.

No tocante à prescrição, o prazo deve ser considerado separadamente, de acordo com o art. 119 do Código Penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Havendo conflito aparente de normas, qual é a solução adequada?
- 2) Quais crimes foram praticados na situação hipotética? Houve tentativa de roubo?
- 3) Na situação hipotética, houve concurso material homogêneo ou heterogêneo? Por quê?
- 4) Qual será o regime de cumprimento das penas? E qual será a forma de contagem do tempo prescricional dos crimes?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO II – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Em ação de execução promovida contra devedor de aluguel, o exequente requereu a penhora de 20% da remuneração mensal do executado, porque não haviam sido localizados bens penhoráveis. O exequente alegou que o Código de Processo Civil estabelece serem impenhoráveis os salários, vencimentos e proventos. O juiz afastou a alegação e determinou a penhora de 20% da remuneração mensal do executado.

Com base na jurisprudência do STJ, responda, de forma justificada, se há amparo para a penhora deferida nessa situação hipotética.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

20 Processos de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução.

PADRÃO DE RESPOSTA

A regra do Código de Processo Civil é a impenhorabilidade dos salários, vencimentos e proventos (art. 833, inc. IV), por terem como fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente, de forma que só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes. Assim, a regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

(...) 3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais. 4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente. 5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes. 6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc.

(art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família. 7. Recurso não provido. (EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 3/10/2018, REPDJe 19/3/2019, DJe de 16/10/2018.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O salário é impenhorável? Por quê?
- 2) O credor tem direito à tutela jurisdicional nesse caso?
- 3) A impenhorabilidade pode ser relativizada? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO III – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Em razão de haver várias medidas provisórias editadas e não apreciadas após o prazo de 45 dias, contados da data da publicação, a pauta deliberativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi interrompida. Nesse período, o presidente do Congresso Nacional colocou em votação a proposta de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), ato que foi objeto de mandado de segurança por um grupo de parlamentares.

Diante dessa situação hipotética, responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- 1 O Supremo Tribunal Federal pode fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em fase de elaboração?
- 2 O referido sobrestamento de matérias deliberativas impediria a votação de uma proposta de emenda constitucional?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências. Congresso Nacional. Processo legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional. Imunidades parlamentares. Orçamento e fiscalização orçamentária. Tribunais de Contas. 9 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 21 Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política Urbana. Tributação e orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Possibilidade de o STF fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em tese

De fato, a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um conjunto de regras para a elaboração válida de uma norma, aspecto esse comumente designado de processo legislativo. Esses requisitos dizem respeito aos requisitos subjetivos, como a questão do vício de iniciativa, e aos requisitos objetivos, que dizem respeito às demais regras de tramitação de uma proposição legislativa, como quórum de aprovação e critérios de votação.

Uma norma que seja aprovada com inobservância aos requisitos subjetivos ou objetivos do processo legislativo deve ser considerada formalmente inconstitucional, desafiando o chamado controle de constitucionalidade.

Classicamente, o **Poder Judiciário** realiza o controle **repressivo** de constitucionalidade, cabendo aos Poderes **Executivo e Legislativo** a primazia do controle **preventivo**.

Contudo, como exceção, admite a jurisprudência do STF o controle de constitucionalidade em relação aos **requisitos formais**. Nesse caso, o parlamentar, e somente ele, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança “com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda

constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (STF, MS 24.667, min. Carlos Velloso, Pleno, DJ de 23/4/2004).

Sobre o tema da inviabilidade do controle de constitucionalidade preventivo para verificação de requisitos materiais pelo Poder Judiciário, confira-se *in verbis* o seguinte precedente do STF.

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE.

1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não. 2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança. 3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificção plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apor-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico. 4. Mandado de segurança indeferido.

No caso concreto, trata-se de uma hipótese de controle de constitucionalidade preventivo, pois a norma ainda estava em fase de elaboração. Na situação apresentada, o ato do presidente do Congresso Nacional foi questionado por meio de mandado de segurança impetrado por um grupo de parlamentares. Essa é exatamente a hipótese excepcional admitida pelo STF. Contudo, nesse caso, por se tratar de controle preventivo, caberá ao STF examinar, tão somente, os aspectos formais de constitucionalidade da norma.

2 Possibilidade de o referido sobrestamento de matérias deliberativas impedir a votação de uma proposta de emenda constitucional

A discussão jurídica apresentada na situação hipotética depende da interpretação a ser dada ao § 6.º do art. 62 da CF.

Art. 62 [...]

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Interpretando-se o dispositivo acima em sua literalidade, enquanto houver uma medida provisória em regime de urgência pendente de votação, todas as deliberações da respectiva Casa parlamentar deveriam ser

sobrestadas. Logo, não poderia o presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ter colocado em votação uma proposta de emenda constitucional antes de destrancar a pauta e votar a medida em questão.

Contudo, essa **não é a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal**. Segundo o STF, o supracitado dispositivo deve ser interpretado de forma restritiva.

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Celso de Mello (Relator), indeferiu o mandado de segurança e deu, ao § 6º do art. 62 da Constituição, na redação resultante da EC 32/2001, interpretação conforme à Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese, em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado entendimento de que o regime de urgência previsto em tal dispositivo constitucional – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – refere-se, tão somente, àquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória, excluídos, em consequência, do bloqueio imposto pelo mencionado § 6º do art. 62 da Lei Fundamental, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, tratando-se de projetos de lei ordinária, aqueles que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias (CF, art. 62, § 1º, I, II e IV). Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente o Ministro Ricardo Lewandowski, participando do Seminário de Verão 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 29.6.2017. (STF, MS 27931, Rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 29/6/2017)

A questão foi assim explicada no Informativo n.º 870:

Interpretação do art. 62, § 6º, da CF e limitação do sobrestamento.

O Supremo Tribunal Federal, em conclusão de julgamento e por maioria, denegou a ordem em mandado de segurança impetrado por parlamentares contra decisão do presidente da Câmara dos Deputados em questão de ordem. No ato coator, foi fixada a orientação de que a interpretação adequada do art. 62, § 6º, da Constituição Federal (CF) implicaria o sobrestamento apenas dos projetos de lei ordinária, apesar de o dispositivo prever o sobrestamento de todas as deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando medida provisória não seja apreciada em 45 dias (vide Informativos 572 e 778).

O Colegiado entendeu que a interpretação emanada do presidente da Câmara dos Deputados reflete, com fidelidade, solução jurídica plenamente compatível com o modelo teórico da separação de poderes. Tal interpretação revela fórmula hermenêutica capaz de assegurar, por meio da preservação de adequada relação de equilíbrio entre instâncias governamentais (o Poder Executivo e o Poder Legislativo), a própria integridade da cláusula pertinente à divisão do poder.

Nesse contexto, deu interpretação conforme ao § 6º do art. 62 da CF, na redação resultante da Emenda Constitucional 32/2001, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese. Assim, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, fixou-se entendimento de que o regime de urgência previsto no referido dispositivo constitucional — que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional — refere-se apenas às matérias passíveis de regramento por medida provisória. Excluem-se do bloqueio, em consequência, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, de lei ordinária, desde que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias [CF, art. 62, § 1º, I, II e IV].

Nesse contexto, não são todas as deliberações que são suspensas. Apenas as matérias que podem ser objeto de medida provisória ficam sobrestadas.

Esse regime de urgência não impede que a Casa parlamentar delibere e vote sobre propostas de emenda constitucional, lei complementares, decretos legislativos, resoluções e leis ordinárias relativas à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.

Como, no caso em tela, o presidente da Câmara dos Deputados colocou em votação a proposta da LDO, cuja matéria não pode ser tratada por medida provisória, não há que se falar em necessidade de sobrestamento.

Isso posto, conforme a posição majoritária do STF, não subsiste a alegação de inconstitucionalidade formal da votação da norma em apreço, não havendo motivo jurídico para a concessão do mandado de segurança na hipótese apresentada.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Em relação às normas ainda em fase de formação, a jurisprudência do STF admite alguma hipótese de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário?
- 2) No caso apresentado, o STF admite que a questão seja submetida ao Poder Judiciário por meio de mandado de segurança?
- 3) Segundo o STF, quando uma medida provisória entra em regime de urgência, suspende-se a votação de todo e qualquer ato normativo?
- 4) Na situação apresentada, o presidente da Câmara dos Deputados agiu corretamente ao colocar em votação a proposta de LDO?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO III – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Com o provimento de recurso, apresentado pelo Estado, que reformou sentença que havia concedido gratificação a determinada servidora pública, a qual recebeu por dois anos o valor da gratificação no seu salário mensal, a administração, sob a alegação de que estaria coberta pelo manto da autotutela, passou a descontar, mensalmente, da remuneração da servidora o correspondente a 5% do valor total recebido pela gratificação. Irresignada, a servidora interpôs mandado de segurança com o objetivo de sustar os descontos, alegando que recebera de boa-fé a gratificação e que, no caso, não havia de se falar em autotutela.

Com base no entendimento do STJ, responda, de forma justificada, se há fundamento para a concessão da segurança pleiteada na situação hipotética em apreço.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

1 Princípios do Direito Administrativo. Origens, objeto e conceito. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé.

PADRÃO DE RESPOSTA

O STJ firmou o entendimento de que, tendo o servidor recebido valores amparados por decisão judicial precária (o mesmo valendo para decisão que não transitou em julgado), não há como se admitir a existência de boa-fé, pois a administração, em momento algum, gerou uma falsa expectativa de definitividade quanto ao direito pleiteado. Por sua vez, os descontos das parcelas efetuados unilateralmente pela administração sob a afirmação de estar coberta pelo princípio da autotutela administrativa não se coaduna com o entendimento jurisprudencial de que é incabível a devolução de valores recebidos de boa-fé pelo servidor nas hipóteses de errônea interpretação, má aplicação da lei ou erro por parte da administração, bem como pelo fato de que o ressarcimento ao erário deverá ser buscado pelo ente público mediante ação judicial, não podendo decorrer somente dos princípios da autotutela e autoexecutoriedade.

AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA. AUSÊNCIA DE BOA-FÉ. REPETIBILIDADE. PARCELAS RECEBIDAS DE BOA-FÉ. IRREPETIBILIDADE. DESCONTO UNILATERAL PELA ADMINISTRAÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. AGRAVOS REGIMENTAIS IMPROVIDOS.

1. Esta Corte Superior firmou o entendimento de que tendo a servidora recebido os referidos valores amparada por uma decisão judicial precária, não há como se admitir a existência de boa-fé, pois a Administração em momento nenhum gerou-lhe uma falsa expectativa de

definitividade quanto ao direito pleiteado. A adoção de entendimento diverso importaria, dessa forma, no desvirtuamento do próprio instituto da antecipação dos efeitos da tutela, haja vista que um dos requisitos legais para sua concessão reside justamente na inexistência de perigo de irreversibilidade, a teor do art. 273, §§ 2º e 4º, do CPC (STJ, EREsp 1.335.962/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/08/2013). 2. Os descontos das parcelas efetuados unilateralmente pela Administração sob a afirmação de que cobertos pelo princípio da autotutela administrativa não se coaduna com o entendimento jurisprudencial de que é incabível a devolução de valores recebidos de boa-fé pelo servidor nas hipóteses de errônea interpretação, má aplicação da lei ou erro por parte da Administração, bem como pelo fato de que o ressarcimento ao Erário deverá ser buscado pelo ente público mediante ação judicial, não podendo decorrer somente dos princípios da autotutela e autoexecutoriedade (RMS 18.780/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 12/04/2012, DJe 11/06/2012). 3. Aplica-se, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF, o qual prevê que é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. 4. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no REsp 1197305/MG, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 19/5/2015, DJe 24/6/2015.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) A decisão judicial foi apta a gerar boa-fé? Por quê?
- 2) No caso apresentado, cabe a autotutela? Por quê?
- 3) De quais meios o poder público dispõe para ser ressarcido?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO III – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Após determinado imóvel ter sido dado em garantia hipotecária, foram realizadas benfeitorias úteis pelo locatário que nele residia com a sua família.

Com relação a essa situação hipotética, responda, de forma justificada e com base no entendimento do STJ, se, executado o direito de garantia, os efeitos da hipoteca serão estendidos às benfeitorias realizadas pelo locatário ou se este pode exercer direito de retenção.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

19 Direitos reais de garantia. Características. Princípios. Penhor, hipoteca e anticrese.

PADRÃO DE RESPOSTA

O princípio da especialização, segundo o qual é imprescindível a descrição pormenorizada de bens imóveis dados em garantia hipotecária, não impede a extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias que neles venham a ser incorporadas posteriormente à instituição do gravame. Admitir que terceiros possam exercer direito de retenção sobre benfeitorias erguidas em imóveis dados em hipoteca equivaleria a retirar a eficácia do próprio direito real de garantia. Eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, não sendo oponível ao titular do direito real de garantia.

(...) 2. O princípio da especialização, segundo o qual é imprescindível a descrição pormenorizada de bens imóveis dados em garantia hipotecária, não impede a extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias que neles venham a ser incorporadas. 3. Irrelevância do fato de se incorporarem as benfeitorias posteriormente à instituição do gravame ou mesmo de não haver nenhuma menção a elas no termo constitutivo da hipoteca. 4. Eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, não sendo oponível ao titular do direito real de garantia. 5. Admitir que terceiros possam exercer direito de retenção sobre benfeitorias erguidas em imóveis dados em hipoteca equivaleria a retirar a eficácia do próprio direito real de garantia e a tornar letra morta a disposição contida no art. 1.474 do Código Civil. 6. Recurso especial não provido. (REsp 1361214/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 6/12/2018.)

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Qual é a função do princípio da especialização na constituição da garantia hipotecária?
- 2) Há extensão dos efeitos da hipoteca sobre as benfeitorias?
- 3) Pode ser exercido direito de retenção sobre as benfeitorias? Por quê?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Em razão de haver várias medidas provisórias editadas e não apreciadas após o prazo de 45 dias, contados da data da publicação, a pauta deliberativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi interrompida. Nesse período, o presidente do Congresso Nacional colocou em votação a proposta de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), ato que foi objeto de mandado de segurança por um grupo de parlamentares.

Diante dessa situação hipotética, responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- 1 O Supremo Tribunal Federal pode fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em fase de elaboração?
- 2 O referido sobrestamento de matérias deliberativas impediria a votação de uma proposta de emenda constitucional?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências. Congresso Nacional. Processo legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional. Imunidades parlamentares. Orçamento e fiscalização orçamentária. Tribunais de Contas. 9 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 21 Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Política Urbana. Tributação e orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Possibilidade de o STF fazer controle de constitucionalidade preventivo de norma em tese

De fato, a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um conjunto de regras para a elaboração válida de uma norma, aspecto esse comumente designado de processo legislativo. Esses requisitos dizem respeito aos requisitos subjetivos, como a questão do vício de iniciativa, e aos requisitos objetivos, que dizem respeito às demais regras de tramitação de uma proposição legislativa, como quórum de aprovação e critérios de votação.

Uma norma que seja aprovada com inobservância aos requisitos subjetivos ou objetivos do processo legislativo deve ser considerada formalmente inconstitucional, desafiando o chamado controle de constitucionalidade.

Classicamente, o **Poder Judiciário** realiza o controle **repressivo** de constitucionalidade, cabendo aos Poderes **Executivo e Legislativo** a primazia do controle **preventivo**.

Contudo, como exceção, admite a jurisprudência do STF o controle de constitucionalidade em relação aos **requisitos formais**. Nesse caso, o parlamentar, e somente ele, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança “com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda

constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (STF, MS 24.667, min. Carlos Velloso, Pleno, DJ de 23/4/2004).

Sobre o tema da inviabilidade do controle de constitucionalidade preventivo para verificação de requisitos materiais pelo Poder Judiciário, confira-se *in verbis* o seguinte precedente do STF.

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE.

1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não. 2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança. 3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificção plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apor-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico. 4. Mandado de segurança indeferido.

No caso concreto, trata-se de uma hipótese de controle de constitucionalidade preventivo, pois a norma ainda estava em fase de elaboração. Na situação apresentada, o ato do presidente do Congresso Nacional foi questionado por meio de mandado de segurança impetrado por um grupo de parlamentares. Essa é exatamente a hipótese excepcional admitida pelo STF. Contudo, nesse caso, por se tratar de controle preventivo, caberá ao STF examinar, tão somente, os aspectos formais de constitucionalidade da norma.

2 Possibilidade de o referido sobrestamento de matérias deliberativas impedir a votação de uma proposta de emenda constitucional

A discussão jurídica apresentada na situação hipotética depende da interpretação a ser dada ao § 6.º do art. 62 da CF.

Art. 62 [...]

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Interpretando-se o dispositivo acima em sua literalidade, enquanto houver uma medida provisória em regime de urgência pendente de votação, todas as deliberações da respectiva Casa parlamentar deveriam ser

sobrestadas. Logo, não poderia o presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ter colocado em votação uma proposta de emenda constitucional antes de destrancar a pauta e votar a medida em questão.

Contudo, essa **não é a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal**. Segundo o STF, o supracitado dispositivo deve ser interpretado de forma restritiva.

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Celso de Mello (Relator), indeferiu o mandado de segurança e deu, ao § 6º do art. 62 da Constituição, na redação resultante da EC 32/2001, interpretação conforme à Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese, em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado entendimento de que o regime de urgência previsto em tal dispositivo constitucional – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – refere-se, tão somente, àquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória, excluídos, em consequência, do bloqueio imposto pelo mencionado § 6º do art. 62 da Lei Fundamental, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, tratando-se de projetos de lei ordinária, aqueles que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias (CF, art. 62, § 1º, I, II e IV). Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente o Ministro Ricardo Lewandowski, participando do Seminário de Verão 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 29.6.2017. (STF, MS 27931, Rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 29/6/2017)

A questão foi assim explicada no Informativo n.º 870:

Interpretação do art. 62, § 6º, da CF e limitação do sobrestamento.

O Supremo Tribunal Federal, em conclusão de julgamento e por maioria, denegou a ordem em mandado de segurança impetrado por parlamentares contra decisão do presidente da Câmara dos Deputados em questão de ordem. No ato coator, foi fixada a orientação de que a interpretação adequada do art. 62, § 6º, da Constituição Federal (CF) implicaria o sobrestamento apenas dos projetos de lei ordinária, apesar de o dispositivo prever o sobrestamento de todas as deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando medida provisória não seja apreciada em 45 dias (vide Informativos 572 e 778).

O Colegiado entendeu que a interpretação emanada do presidente da Câmara dos Deputados reflete, com fidelidade, solução jurídica plenamente compatível com o modelo teórico da separação de poderes. Tal interpretação revela fórmula hermenêutica capaz de assegurar, por meio da preservação de adequada relação de equilíbrio entre instâncias governamentais (o Poder Executivo e o Poder Legislativo), a própria integridade da cláusula pertinente à divisão do poder.

Nesse contexto, deu interpretação conforme ao § 6º do art. 62 da CF, na redação resultante da Emenda Constitucional 32/2001, para, sem redução de texto, restringir-lhe a exegese. Assim, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, fixou-se entendimento de que o regime de urgência previsto no referido dispositivo constitucional — que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional — refere-se apenas às matérias passíveis de regramento por medida provisória. Excluem-se do bloqueio, em consequência, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, de lei ordinária, desde que veiculem temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias [CF, art. 62, § 1º, I, II e IV].

Nesse contexto, não são todas as deliberações que são suspensas. Apenas as matérias que podem ser objeto de medida provisória ficam sobrestadas.

Esse regime de urgência não impede que a Casa parlamentar delibere e vote sobre propostas de emenda constitucional, lei complementares, decretos legislativos, resoluções e leis ordinárias relativas à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.

Como, no caso em tela, o presidente da Câmara dos Deputados colocou em votação a proposta da LDO, cuja matéria não pode ser tratada por medida provisória, não há que se falar em necessidade de sobrestamento.

Isso posto, conforme a posição majoritária do STF, não subsiste a alegação de inconstitucionalidade formal da votação da norma em apreço, não havendo motivo jurídico para a concessão do mandado de segurança na hipótese apresentada.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Em relação às normas ainda em fase de formação, a jurisprudência do STF admite alguma hipótese de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário?
- 2) No caso apresentado, o STF admite que a questão seja submetida ao Poder Judiciário por meio de mandado de segurança?
- 3) Segundo o STF, quando uma medida provisória entra em regime de urgência, suspende-se a votação de todo e qualquer ato normativo?
- 4) Na situação apresentada, o presidente da Câmara dos Deputados agiu corretamente ao colocar em votação a proposta de LDO?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO IV – DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Após o indeferimento do recurso administrativo do contribuinte ter sido definitivamente julgado, o fisco notificou o devedor para o pagamento de multa decorrente de auto de infração relativo a uma cobrança de IPTU, auto pelo qual o contribuinte já havia sido notificado. Posteriormente, com a aprovação de um novo programa de refinanciamento, o poder público deferiu de ofício o parcelamento do crédito tributário em questão.

Nessa situação hipotética, para efeitos tributários, como deverá ser contado o prazo para a constituição e cobrança da multa decorrente do auto de infração em questão? Em sua resposta, aborde, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- 1 diferença entre prescrição e decadência tributária;
- 2 termo inicial e final para a constituição do crédito tributário em questão;
- 3 contagem do prazo para a cobrança judicial da multa, depois de deferido de ofício o parcelamento.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

16 Prescrição e decadência. 18 Impostos da União, impostos dos Estados e impostos dos Municípios. 19 Processo administrativo tributário: princípios básicos, determinação e exigência do crédito tributário, representação fiscal para fins penais. 20 Processo judicial tributário: Lei n.º 6.830/1980 e suas alterações (ação de execução fiscal), Lei n.º 8.397/1992 (ação cautelar fiscal), ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal, Lei n.º 12.016/2009 (mandado de segurança), ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento, ações de controle de constitucionalidade, ação civil pública.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Diferença entre prescrição e decadência tributária

No direito tributário, a prescrição e a decadência possuem previsão específica no Código Tributário Nacional (CTN), nos seguintes termos.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória

indispensável ao lançamento.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Uma segunda hipótese de decadência consta do § 4.º do art. 150 do CTN, específica para os submetidos ao lançamento por homologação, o que não é a hipótese da questão.

A principal diferença é que a decadência é a extinção do direito do fisco de constituir o crédito tributário, segundo o art. 173 do CTN. Já a prescrição refere-se ao prazo para a cobrança do crédito tributário já constituído, conforme o art. 174 do CTN, servindo de limite temporal para a propositura da ação de execução fiscal.

Logo, é correto afirmar que a prescrição refere-se à perda da ação de cobrança do crédito lançado, enquanto a decadência é a perda do direito de lançar, ou seja, de constituir o crédito tributário. Em outras palavras, a decadência extingue o direito, e a prescrição impede a ação.

O segundo ponto de diferenciação diz respeito ao marco inicial da contagem. No caso de lançamento de ofício, como se dá no caso do IPTU, o prazo, em regra, é contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Já na prescrição, o prazo é contado da data da constituição definitiva do crédito tributário.

O terceiro ponto de diferenciação diz respeito à possibilidade de interrupção. O CTN somente prevê hipóteses de interrupção em relação à prescrição, nos termos do parágrafo único do seu art. 174.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

2 Termo inicial e final para a constituição do crédito tributário

A questão indaga sobre a constituição do crédito tributário, tratando, portanto, de prazo decadencial. A situação hipotética apresentada se refere a um crédito tributário decorrente de auto de infração, questão essa que não se confunde com a cobrança do IPTU. A situação menciona o lançamento e a cobrança de multa, ou seja, de uma penalidade pecuniária.

Preliminarmente, cumpre destacar que a penalidade pecuniária acessória ao tributo também é considerada pelo CTN como uma obrigação principal.

Art. 113 [...]

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Dessa obrigação decorre um crédito tributário próprio, com prazos próprios para a constituição e cobrança, que não se confundem com os prazos relativos à constituição e cobrança do tributo. Na forma do inciso VI do art. 149 do CTN, a aplicação de penalidade possui um lançamento tributário próprio, que é feito de ofício.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

[...]

VI – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

Por se tratar de novo lançamento de ofício, e não de retificação do lançamento anterior, o início do prazo decadencial se dará no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

Ou seja, na situação hipotética, o termo inicial do prazo decadencial deve ser contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte no qual foi comprovada a ação ou omissão do contribuinte que gerou a penalidade pecuniária (multa). A partir dessa data, a administração pública possui cinco anos para constituir o crédito.

Essa contagem, todavia, cessa com a notificação do auto de infração, na forma da primeira parte do enunciado da Súmula n.º 622 do STJ, *in verbis*:

A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

No caso concreto, o contribuinte foi devidamente notificado do auto de infração, sendo esse o marco final da contagem. Se ele foi notificado dentro do prazo de cinco anos, contados a partir da data a que se refere o inc. I do art. 173 do CTN, não há que se falar em decadência.

3 Contagem do prazo para a cobrança judicial da multa em questão após o parcelamento de ofício

Na forma da segunda parte do enunciado da Súmula n.º 622 do STJ, o prazo prescricional para a cobrança judicial inicia-se apenas quando exaurida a instância administrativa, com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo, desde que esgotado o prazo concedido pela administração para o pagamento voluntário.

Na situação hipotética, esse prazo iniciou-se, uma vez exaurida a instância administrativa, tendo o contribuinte sido notificado para o pagamento tributário. Nesse caso, o prazo deve ser contado a partir da data indicada pelo fisco para o pagamento da multa, indicada na notificação mencionada na situação hipotética.

A particularidade da questão é que o crédito tributário foi incluído, de ofício, em programa de refinanciamento, o que implicou o parcelamento do pagamento do crédito tributário. Por previsão expressa do CTN, o parcelamento é uma hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

[...]

VI – o parcelamento.

Embora, em regra, o parcelamento suspenda a exigibilidade do crédito e, igualmente, o prazo de cobrança, a jurisprudência do STJ prevê regramento distinto quando se trata de parcelamento concedido de ofício.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DIA SEGUINTE AO VENCIMENTO DA EXAÇÃO. PARCELAMENTO DE OFÍCIO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CAUSA SUSPENSIVA DA CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO. MORATÓRIA OU PARCELAMENTO APTO A SUSPENDER A

EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. NECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO CONTRIBUINTE. PARCELAMENTO DE OFÍCIO. MERO FAVOR FISCAL. APLICAÇÃO DO RITO DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015. ART. 256-I DO RISTJ. RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...] 2. O parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu. 3. A liberalidade do Fisco em conceder ao contribuinte a opção de pagamento à vista (cota única) ou parcelado (10 cotas), independente de sua anuência prévia, não configura as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no art. 151, I e VI do CTN (moratória ou parcelamento), tampouco causa de interrupção da prescrição, a qual exige o reconhecimento da dívida por parte do contribuinte (art. 174, parág. único, IV do CTN). 4. O contribuinte não pode ser despedido da autonomia de sua vontade, em decorrência de uma opção unilateral do Estado, que resolve lhe conceder a possibilidade de efetuar o pagamento em cotas parceladas. Se a Fazenda Pública Municipal entende que é mais conveniente oferecer opções parceladas para pagamento do IPTU, o faz dentro de sua política fiscal, por mera liberalidade, o que não induz a conclusão de que houve moratória ou parcelamento do crédito tributário, nos termos do art. 151, I e VI do CTN, apto a suspender o prazo prescricional para a cobrança de referido crédito. Necessária manifestação de vontade do contribuinte a fim de configurar moratória ou parcelamento apto a suspender a exigibilidade do crédito tributário. 5. Acórdão submetido ao regime do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24 de 28.9.2016), cadastrados sob o Tema 980/STJ, fixando-se a seguinte tese: (i) o termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu. (STJ, REsp 1.658.517, min. Napoleão Nunes Maia, Primeira Seção, j. 14/11/2018)

O precedente anterior foi julgado segundo a metodologia do recurso especial repetitivo, representando, portanto, o entendimento atual e majoritário do STJ (Tema 980).

Sendo assim, a cobrança deve ser feita no prazo de cinco anos, contados a partir da data indicada pelo fisco para o pagamento da multa indicada na notificação mencionada na situação hipotética, sendo certo que o parcelamento de ofício não suspenderá nem interromperá esse prazo.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) O CTN prevê expressamente alguma hipótese de interrupção da prescrição ou da decadência?
- 2) No caso concreto, qual deve ser o marco inicial para a contagem do prazo para a constituição do crédito tributário decorrente da aplicação da multa?
- 3) Em regra, qual é o marco inicial da contagem do prazo prescricional?
- 4) Segundo o CTN, qual é o efeito do parcelamento sobre o crédito tributário?
- 5) Para o STJ, o parcelamento, quando concedido de ofício, suspende ou interrompe o prazo para a cobrança do crédito tributário?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

PROVA ORAL/MALOTE 3

PONTO IV – DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Quatro indivíduos foram presos no momento em que se preparavam para roubar uma agência bancária. Juntamente com eles foram apreendidas diversas armas de fogo de uso permitido e restrito, além de vasta munição de grosso calibre e dois veículos, furtados dias antes, conforme registro de ocorrência policial. Os indivíduos narraram à autoridade policial que todos eles, atuando em conjunto, realizaram diversos outros roubos a bancos e que contavam, ainda, com a colaboração de terceiros, que furtavam os veículos utilizados na empreitada criminosa.

A partir dessa situação hipotética, atenda ao que se pede a seguir, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- 1 Conceitue conflito aparente de normas, esclarecendo se há algum conflito aparente de normas entre os crimes de quadrilha armada e porte ilegal de arma de fogo.
- 2 Responda se há algum concurso de crimes nas condutas narradas na situação hipotética.
- 3 Discorra sobre concurso material homogêneo e heterogêneo e indique a solução legal para cada um deles.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. 14 Concurso de crimes. 25 Crimes contra o patrimônio. 30 Crimes contra a paz pública. 40 Lei n.º 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).

PADRÃO DE RESPOSTA

1 O conflito aparente de normas penais ocorre quando há duas ou mais normas incriminadoras tipificando o mesmo fato, porém apenas uma será aplicada à hipótese. No caso hipotético, não há nenhum conflito de normas, pois os crimes possuem autonomia jurídica e não existe relação de dependência ou de subordinação entre as espécies delituosas. Nesse sentido já decidiu o STF.

“HABEAS CORPUS” – PORTE DE ARMA DE FOGO – CONCURSO MATERIAL COM O DELITO DE QUADRILHA ARMADA (CÓDIGO PENAL, ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO) – CRIMES QUE POSSUEM AUTONOMIA JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TAIS ESPÉCIES DELITUOSAS – INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONFLITO APARENTE DE NORMAS – PEDIDO INDEFERIDO.
A prática dos delitos de quadrilha ou bando armado e de porte ilegal de armas faz instaurar típica hipótese caracterizadora de concurso material de crimes, eis que as infrações penais

tipificadas no parágrafo único do art. 288 do Código Penal e no art. 10, § 2º, da Lei nº 9.437/97, por se revestirem de autonomia jurídica e por tutelarem bens jurídicos diversos (a paz pública, de um lado, e a incolumidade pública, de outro), impedem a aplicação, a tais ilícitos, do princípio da consunção (“*major absorbet minorem*”). (RHC 83447/SP – São Paulo. Recurso em *habeas corpus*. Relator Min. Celso de Mello. Órgão julgador: Segunda Turma. Julgado em 17/2/2004. Publicado em 26/11/2004.).

2 De acordo com a situação hipotética, houve concurso material de crimes, previsto no art. 69 do Código Penal, pois os agentes praticaram, mediante mais de uma ação, crimes não idênticos. São eles: porte ilegal de arma de fogo e de munição de uso permitido e restrito, quadrilha armada (cf. parágrafo único do art. 288 do Código Penal) e furto (cf. art. 155 do Código Penal). Não houve tentativa de roubo, uma vez que os agentes não iniciaram a execução da conduta, limitando-se aos atos preparatórios.

3 O concurso material homogêneo está previsto na primeira parte do art. 69 do Código Penal, ocorrendo quando o agente pratica dois crimes idênticos. O concurso material heterogêneo ocorre quando o agente pratica crimes não idênticos. A solução para ambos é a cumulação das penas, após cada uma delas estar fundamentadamente motivada e individualizada, nos termos do art. 59 do Código Penal.

Havendo crimes com pena de reclusão e detenção, a primeira a ser executada será a de reclusão, e não poderá haver somatório. Havendo identidade de penas, o regime inicial será fixado de acordo com o somatório delas.

No tocante à prescrição, o prazo deve ser considerado separadamente, de acordo com o art. 119 do Código Penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

- 1) Havendo conflito aparente de normas, qual é a solução adequada?
- 2) Quais crimes foram praticados na situação hipotética? Houve tentativa de roubo?
- 3) Na situação hipotética, houve concurso material homogêneo ou heterogêneo? Por quê?
- 4) Qual será o regime de cumprimento das penas? E qual será a forma de contagem do tempo prescricional dos crimes?